

Tribuna da Luta Operária

ANO IX — Nº 340 — DE 30 DE NOVEMBRO A 6 DE DEZEMBRO DE 1987

Cz\$ 15,00



Sarney se curva à chantagem de Reagan

O presidente dos EUA, Ronald Reagan, divulgou a lista de 66 produtos exportados pelo Brasil para seu país que terão aumento de imposto. Amedrontado com a medida, o governo Sarney acena com novas concessões ao imperialismo yanque.

Página 4

dau

EDITORIAL

Um jogo arriscado

Jogo duro na Constituinte. A burguesia mostra-se descontrolada com a possibilidade da nova Carta consagrar algumas medidas de caráter democrático e reconhecer certas reivindicações populares — por mais limitadas que sejam. Tratam de “esquerdista” o projeto aprovado pela Comissão de Sistematização. Chegam a dizer sem o menor senso de ridículo que o texto, se aprovado, inviabiliza o país.

Com esse estardalhaço, as forças de direita pretendem mudar as regras do funcionamento da Constituinte, anular o trabalho até agora realizado e, sobretudo, impor normas que impeçam a discussão democrática no plenário. Temem que, com o debate, os anseios populares sejam ouvidos pelos constituintes. Visam estabelecer um sistema de votação que sufoque a voz dos democratas e que lhes permita, a toque de caixa, institucionalizar um regime arbitrário e subserviente ao capital estrangeiro.

Mas as coisas não se apresentam tão fáceis. José Lourenço, Carlos Santana e outros arrogantes porta-vozes da reação ecoaram no Congresso Constituinte as tramas da conspiração golpista em marcha. O núcleo de direita que se declara como “centrão” percebeu o risco de se isolar de um grande número de parlamentares moderados — que até o momento vêm sendo utilizados como massa de manobra. Por isso tentam, pelo menos de boca, admitir a negociação para se chegar a um regimento interno razoável. E a votação desse assunto ficou adiada para a próxima quarta-feira.

Neste processo, os reacionários vão se desmascarando. Diziam que era necessário apressar a Constituinte, mas quando o plenário não aceita suas ordens, aí criam uma situação de impasse prorrogando a elaboração da Carta Magna.

O alvo central da ofensiva direita é o parlamentarismo.

mo. O sistema imperial presidencialista tem servido maravilhosamente às oligarquias para explorar e oprimir os brasileiros. Por isto essa gente não tolera que se implante uma forma mais democrática, de governo em que as responsabilidades sejam divididas entre o presidente e o Congresso, permitindo a sua substituição quando houver forte oposição popular.

No terreno econômico, a preocupação da direita é liquidar com as empresas estatais. Mesmo com todos os defeitos de uma péssima administração, essas empresas ainda representam uma determinada resistência ao domínio completo do país pelo capital internacional. A burguesia, subserviente às posições do FMI, não se envergonha de aplinar o caminho para que as estatais passem às mãos das multinacionais.

Por tudo isso, o Brasil se encontra envolvido em nova crise política. Criou-se uma expectativa de que a nova Carta pudesse corresponder, pelo menos em parte, aos anseios de mudanças dos trabalhadores e democratas. Mas as classes dominantes fazem de tudo para barrar esta possibilidade. Esquecem que estas aspirações não se devem a meros caprichos de quem quer que seja. São exigências objetivas que terão que ser resolvidas. A frustração do caminho democrático, via Constituinte, para solucionar tais problemas levará certamente o povo a buscar outras alternativas.

A burguesia não quer ceder nada. Pensa que é capaz de represar a torrente do movimento social e perpetuar privilégios inteiramente superados pela história. Pensa que pode simplesmente substituir 21 anos de ditadura militar por uma outra ditadura, disfarçada, mais “civilizada”. O povo quer liberdade e progresso. As manobras golpistas podem levar a certos adiamentos. Mas podem também levar a confrontos de grande vulto.

“Centrão” manobra para golpear a Constituinte

Articulação da direita tenta mudar as regras do jogo para impor o retrocesso. Página 3



Delegações de 44 municípios participaram dos trabalhos

Bahia: PC do B faz conferência

250 delegados participaram em Salvador (BA) da maior conferência desde 1962. Página 3

Te liga na luta, Brasil.



Dia 30 de novembro às 20h30 o PCdoB na TV

1º de dezembro: Dia Nacional de Filiação

Histadrut: uma ação sindical anti-Palestina

Veja como funciona esta central sindical, que defende a política sionista de Israel e possui grandes fábricas e bancos. Página 6



Foto: Sérgio A. Tomisaki

Veja como Sauer, herói da burguesia, falsifica os fatos.

Já temos provas:

CDM esta mentindo

Mentira 1: o preço dos carros está defasado. Mentira 2: o imposto é a causa dos aumentos.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



Protesto contra a política econômica na Praça de Maio. As faixas reclamam "leite", "pão" e "carne"

ARGENTINA

Uma nova greve geral

A CGT argentina convocou uma nova greve geral, desta vez de 36 horas, a ser realizada nos primeiros dias de dezembro, contra a política econômica do governo Raul Alfonsín e pela suspensão do pagamento da dívida externa de aproximadamente 53 bilhões de dólares, o equivalente a 71% do Produto Interno Bruto daquele país.

Será a décima paralisação do gênero na Argentina somente durante o governo Alfonsín. A última ocorreu no dia 4, neste mês, envolveu a maioria das cidades do país e contou com adesão geral. Como as demais, voltou-se contra a política de capitução perante os banqueiros estrangeiros e consequente submissão à ditadura do FMI.

CLARA OPOSIÇÃO

Contam-se nos primeiros dez meses deste ano, segundo cálculos feitos pelo próprio governo, cerca de 747 grandes greves, mais do que as 725 observadas durante todo o ano passado. A oposição popular à política econômica imposta pelos credores externos à Argentina é notória, não deixa

marginem a quaisquer dúvidas.

No entanto, o governo Alfonsín continua a ignorá-la solenemente. Traiu os compromissos feitos em palanque durante a última campanha presidencial, quando prometeu decretar a moratória sobre os débitos externos e realizar uma rigorosa auditoria dos empréstimos, em sua maior parte contratados de maneira ilegítima. Transformou-se agora num propagandeador dos mitos criados pelos agiotas e tenta convencer a opinião pública de que a Argentina se isolará e a economia ficará estagnada se ousar se libertar da camisa de força do Fundo Monetário Internacional.

Neste rumo só tem logrado acentuar a recessão e aprofundar o arrocho dos salários, cujo valor real médio atualmente é em pelo menos 30% inferior ao de dezembro de 1984. São muitos os dados que expressam o contínuo empobrecimento daquela nação. As vendas de carnes nos últimos 12 meses, por exemplo, declinaram 50%, o consumo de frangos e ovos é 40% menor do que em 1986, o de vestimentas, 45% inferior, o de calça-

dos, 30%. Este tem sido o resultado das concessões vergonhosas ao imperialismo.

O TACÃO DO FMI

O ajuste da economia argentina para viabilizar a transferência de recursos ao exterior no montante adequado ao pagamento de juros e outras rendas dos capitalistas estrangeiros vem exigindo enormes sacrifícios à população e tem encontrado fortes resistências. O aumento das taxas de juros internacionais e a deterioração dos preços das matérias-primas exportadas pelo país (hoje 20% inferiores aos preços dos últimos 24 meses) tornaram as coisas ainda mais difíceis.

Freqüentemente Alfonsín vê-se na incômoda e humilhante contingência de pedir perdão ao FMI, que há tempos supervisiona a administração da economia. No início deste ano, havia sido combinado por via das tradicionais cartas de intenção uma redução do déficit público (que existe em função da dívida externa) para cerca de 2% do PIB, em julho a meta já tinha sido ultrapassada e foi revista para 4%, agora chegou-se a um novo acordo fixando o déficit em 5,6% do PIB.

Para melhorar as contas públicas a equipe econômica baixou outro pacote no dia 14 de outubro, congelando preços, salários, aumentando tarifas e impostos, com o intuito de arrecadar mais 4,5 bilhões de dólares (ou 6% do PIB) em 1988. A oposição foi geral. Parcela do empresariado ameaça simplesmente não mais pagar tributos, os comerciantes prepararam-se para o locaute em todo o país, a União Industrial Argentina criticou energicamente as medidas anunciadas.

O presidente da CGT, Saúl Ubaldini, acentuou que a teimosia do governo em manter a política econômica subordinada aos interesses dos credores externos "é uma estupidez e uma injustiça". Comentando a posição de Alfonsín, afirmou: "Parece que ele ainda não tomou consciência das exigências dos trabalhadores nem dos resultados das eleições de 6 de setembro" (quando o partido situacionista sofreu uma fragorosa derrota). O repúdio contra a política do FMI na Argentina tende a se tornar incontável. (Umberto Martins)

Dia de solidariedade à Palestina

A 29 de novembro se comemora em todo o mundo o "Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino", de acordo com uma resolução da ONU aprovada em 1967. A escolha desta data não foi casual, pois foi no dia 29 de novembro de 1947 que a mesma ONU aprovou a partilha da Palestina, sem o consentimento do povo palestino. A Palestina foi dividida em dois Estados: um judeu, embrião do que é hoje Israel, e um Estado palestino, que nunca viu a luz, sufocado no berço pelo expansionismo sionista.

Hoje, os crimes e o expansionismo praticados pelo Estado de Israel é condenado pelos democratas de todo o mundo e pela própria ONU.

A partilha da Palestina é lembrada pela ONU a cada 29 de novembro, pois ainda não existe o Estado palestino que a própria ONU proclamou. Por esta razão, este dia é declarado o "Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino", até que este povo recupere seus direitos inalienáveis ao retorno, à autodeterminação e à criação de um Estado palestino em solo palestino.



ALBÂNIA

A juventude que remove montanhas

A Albânia é conhecida às vezes como um "pequeno país muito fechado"; outras por ser o único país socialista do mundo. Concordando com esta última, a Albânia poderia ganhar também a caracterização do país da juventude.

Quem conhece a história deste país dos Balcãs ou já teve oportunidade de visitá-lo entende porque. A juventude albanesa tem sido, há séculos, a força progressista fundamental em todas as conquistas alcançadas pelo povo até hoje. Visitando museus da Idade Média até o cemitério dos mártires da revolução socialista, o que encontramos fazendo a história são jovens, às vezes até adolescentes.

Mas o que entusiasma mesmo é ver a ação da juventude hoje. Para transformar de um país semi-feudal, atrasado, em um país socialista e avançado, a Albânia enfrentou e enfrenta grandes desafios. Com um relevo extremamente montanhoso, havia dificuldades para áreas de plantio. Foi o trabalho voluntário da juventude que transformou áridas montanhas em plantações férteis. Em Lokova, por exemplo, no sul do país, em 5 anos (de 69 a 74) as montanhas cheias de pedras se transformaram em 2000 kms de cultivo de oliveiras e irrigada por um sistema bastante avançado, com uma técnica albanesa estudada por cientistas de vários países.

Mas nem só de remover montanhas vive a juventude.

De drenar pântanos também. Na região de Corja, no sudeste do país, uma empresa estatal agrícola abriga 1.300 camponeses que cultivam uma área de 1.500 hectares produzindo trigo e frutas. É difícil acreditar que toda aquela área era um enorme pântano ao vermos aquelas belíssimas plantações.

O mesmo acontece com as vias férreas e rodovias, inexistentes na época da revolução e hoje cortando o país de ponta a ponta.

Pensamos logo: o que leva milhares de jovens a deixar temporariamente suas casas, suas escolas, seu trabalho para fazer um empreendimento tão difícil? Ouvi a resposta de um estudante: "sabemos que estamos trabalhando para nós mesmos (o povo) e não para servir a nenhum explorador."

Seja em todas estas frentes ou nas fábricas de Tirana, a maioria da força produtiva é composta por jovens (muitas mulheres). Trabalham num clima de dedicação e alegria "para eles mesmos".

Não falta tempo para desenvolver a arte e a cultura. O horário de trabalho é de 7 às 15 horas e a partir desse horário enchem-se as ruas, os teatros, as casas de cultura, as bibliotecas, as lojas e os cafés. Ali a juventude canta, dança, assiste espetáculos, toma "raki" e conversa. E vive como uma juventude feliz e descontraída, como uma juventude socialista. (Gisela Mendonça)



Jovens albaneses no trabalho voluntário no campo

JAPÃO

Ódio contra os imigrantes

"O Japão para os japoneses". Este é o lema de uma campanha racista lançada pelo governo de Tóquio para atizar o ódio da população local contra os imigrantes. As autoridades calculam que vivam no Japão cerca de 20 mil estrangeiros, principalmente filipinos. Periodicamente a polícia realiza batidas em locais de trabalho e mesmo em casas onde suspeitam estejam vivendo imigrantes sem documentação para permanecer no país. Recentemente, 1.316 estrangeiros, principalmente filipinos e paquistaneses, foram expulsos do império de Hiroito. Os imigrantes só conseguem trabalhos de remuneração baixa, que os próprios japoneses recusam, além de serviços insalubres e perigosos (estaleiros, bordéis). Os salários dos es-

trangeiros são dez vezes inferiores aos dos japoneses, na mesma função. No primeiro semestre deste ano, 7.211 imigrantes foram deportados.

Mas se o ódio racial é alimentado pelas classes dominantes, os proletários japoneses, por seu turno, avançam em sua organização de luta. Começou a funcionar, dia 20, a Confederação de Sindicatos do Setor Privado (Rengo), central sindical que abarca 5 milhões e 500 mil inscritos. Seu primeiro secretário-geral, Toshifumi Tateyama, denunciou: "O operário japonês trabalha hoje 500 horas a mais, durante um ano, que os americanos e europeus." Segundo ele, pouco mais de 28% dos trabalhadores estão sindicalizados.

Leia o Marxismo-Leninismo

MARX/ENGELS	
Comuna de Paris, A	Cz\$ 126,00
Ideologia Alemã, A	Cz\$ 268,80
Manifesto do Partido Comunista, O	Cz\$ 130,00
KARL MARX	
Guerra Civil na França, A	Cz\$ 220,00
Trabalho Assalariado e Capital	Cz\$ 140,00
ENGELS	
Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, A	Cz\$ 320,00
Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, A	Cz\$ 420,00
LENIN	
Como Iludir o Povo	Cz\$ 110,00
Estado e a Revolução, O	Cz\$ 331,80
Que Fazer?	Cz\$ 323,40
STALIN	
Fundamentos do Leninismo	Cz\$ 130,00
Problemas Econômicos do Socialismo na URSS	Cz\$ 200,00
Questões Políticas	Cz\$ 168,00

CDM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Chaves

Greves na Iugoslávia

Os operários iugoslavos realizaram mais de 20 greves e inúmeras manifestações nos últimos dias contra a política econômica imposta ao país pelo governo revisionista. Em Skopje, cerca de mil trabalhadores de uma usina de alumínio foram às ruas reivindicando aumento salarial semelhante ao obtido pelos 5 mil funcionários da usina siderúrgica localizada na mesma cidade. Outros três mil mineiros paralisaram o trabalho na mina de Kreka, no centro da Iugoslávia, exigindo 100% de reajuste nos salários. Em Prokuplje, leste do país, 1.700 operários têxteis cruzaram os braços. Em Titograd 22 trabalhadores foram presos por "incitamentos a greves", segundo o jornal "Borba".

Carestia na Romênia

Mais de 5 mil trabalhadores participaram de um ato contra a escassez de alimentos e exigindo melhores salários em Brasov, Romênia. A manifestação durou mais de 2 horas, até que a polícia romena atacou os manifestantes e prendeu um número indeterminado de populares. O protesto ocorreu no dia de eleições municipais.

Falso "cessar-fogo"

Só durou 15 dias. Em 21 de novembro o presidente de El Salvador, José Napoleón Duarte suspendeu o "cessar-fogo unilateral" que ele havia anunciado. A rigor, Duarte não deixou de atacar sequer um dia as forças da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, que há vários anos lutam contra seu governo sanguinário. O fim do "cessar-fogo unilateral" ocorreu no momento em que dirigentes da Frente Democrática Revolucionária desembarcavam em San Salvador, a capital, após mais de um ano de exílio.

Ato contra Pinochet

Calcula-se em 5 mil o número de chilenos que participaram do ato por eleições livres para presidente, dia 19 no Parque O'Higgins Santiago. A concentração foi convocada pela Assembléia Cívica — uma coalizão opositora, com a participação do Comando Nacional de Trabalhadores e dezenas de sindicatos, grupos políticos e entidades de classe. Foi o primeiro ato massivo, em dois anos, no Chile.

Mortes de indianos

A imprensa inglesa revelou que dezenas de pessoas foram assassinadas pela polícia no Estado de Uttar Pradesh, na Índia. Segundo a notícia, em maio os policiais foram chamados para reprimir uma manifestação muçulmana em Meerut. A polícia agiu com violência, matando, queimando e jogando os corpos dos muçulmanos num canal. Recentemente, 80 cadáveres foram resgatados, dos quais apenas 29 tiveram condições de ser identificados pelos familiares.

Torturador promovido

O tenente da Marinha Argentina, Alfredo Astiz (acusado de violações dos direitos humanos durante a ditadura militar, entre eles o assassinato de uma sueca e de duas freiras francesas) poderá ser promovido de posto. A promoção de Astiz para o posto de capitão-de-corveta foi sugerida pela Junta de Qualificações da Armada e agora só depende da confirmação do presidente Alfonsín. Astiz foi anistiado pela "lei da obediência devida", aprovada em junho pelo Congresso, após uma rebelião militar, e que exclui oficiais de média patente das Forças Armadas da responsabilidade de crimes cometidos durante a ditadura militar de 1976 a 82.

Com medo da "Máfia"

O governo colombiano cedeu às ameaças da máfia do narcotráfico e anunciou que Enrique Low Murtra — acusado de ser um dos quatro chefes do "cartel de Medellín", responsável por 80% de toda a cocaína consumida nos EUA — não será extraditado para os Estados Unidos. Os traficantes tem gente envolvida nos mais diversos escalões governamentais e nas Forças Armadas, e junto com a extrema direita vem executando centenas de líderes populares. Agora a máfia de narcotráfico ameaçou executar os principais líderes dos partidos políticos tradicionais se Murtra fosse enviado aos EUA.



José Lourenço, Carlos Santana e Cardoso Alves, expoentes da direita, articulam o "centrão" no plenário

REGIMENTO DA CONSTITUINTE

"Centrão" manipula

Um acordo de lideranças decidiu adiar para a próxima quarta-feira a votação do Projeto de Resolução que propõe alterações no Regimento Interno da Constituinte. A decisão de adiar a votação visa ganhar tempo para que, nesse intervalo, se busque negociar uma proposta de consenso que permita uma maior participação de todos os constituintes na elaboração do projeto final de Constituição. Além disso, o adiamento, aceito na última hora pelos líderes do chamado "centrão", revela que esse agrupamento não conta com a maioria absoluta dos constituintes, como fazia questão de apregoar arrogantemente os seus encabeçadores.

Na verdade, o resultado das votações da semana passada trouxe importantes lições. Em primeiro lugar, é negável que o chamado "centrão" deu uma relativa demonstração de força ao conseguir obter 271 votos favoráveis ao pedido de preferência para a votação do seu substitutivo. Ao mesmo tempo, revelou que essa força não é exatamente a que imaginavam os seus líderes, na medida em que, apesar de todo o trabalho de mobilização, onde até mesmo aviões foram colocados à disposição para trazer à Brasília diversos constituintes do grupo, não conseguiram colocar em plenário os 280 votos que imaginavam obter.

MANOBRAS DESONESTA

Diante dessa realidade, os líderes do "centrão" não tiveram outra alternativa senão a de aceitar a proposta de adiamento, feita pelo senador Fernando Henrique Cardoso, e partir para a negociação de um acordo sobre as mudanças regimentais.

O episódio mostrou, ainda, a manipulação desonesta feita pela cúpula de extrema-direita que dirige o "centrão". A proposta de mudanças do regimento apresentada por essa cúpula tem um caráter nitidamente autoritário e não representa, em hipótese alguma, o sentimento da maioria dos constituintes que subscreve-

ram a primeira proposta do grupo.

O que pretendem os líderes do "centrão"? Na verdade, eles querem é dar um profundo golpe em todo o processo constituinte com o objetivo de eliminar as conquistas até agora obtidas pela Comissão de Sistematização. Ao proporem a possibilidade de apresentação, apenas pela maioria absoluta dos constituintes, de emendas substitutivas a títulos e capítulos integrais do Projeto aprovado pela Sistematização, eles tentam negar todo o trabalho já realizado durante quase um ano pelo conjunto dos constituintes.

Mas eles vão ainda mais longe. Ao proporem que essas emendas, inscritas por mais de 280 constituintes, tenham preferência, independentemente de votação, sobre todas as outras emendas e até mesmo sobre a matéria principal já aprovada pela Sistematização, buscam subverter totalmente o processo constituinte e a praxe parlamentar, negar o direito das minorias de ver suas propostas votadas e, através de um golpe de mão, elaborar uma Constituição, que atenda exclusivamente aos interesses dos grandes grupos econômicos. Com isso, eles pretendem que 280 assinaturas tenham mais valor do que 280 votos.

HEGEMONIA NA MARRA

A proposta do "centrão", portanto, é nitidamente autoritária e nega, na essência, o princípio democrático que deve nortear o processo constituinte. O regimento interno deve ser uma norma de funcionamento do conjunto dos constituintes que garanta os direitos da maioria e também os da minoria. A proposta do "centrão", ao contrário, pretende impor ao conjunto dos constituintes a vontade, não da maioria, mas de um grupo de extrema direita que pensa ser hegemônico, desrespeitando não apenas os direitos da minoria, mas também o direito individual de cada constituinte.

O resultado da votação da semana passada, no entanto, revelou que o "centrão" não irá alcançar seus sórdidos objetivos. Em primeiro lugar, porque ele não tem a maioria que imaginava ter. Como se isso não bastasse, ficou claro que vários dos parlamentares que subscreveram a proposta do grupo começam a perceber que foram ludibriados e abandonam essa articulação. Além disso, pela sua diversidade ideológica, o "centrão" demonstrou não ter nenhuma unidade nas questões de mérito. Ficou evidente que dificilmente conseguirá reunir 280 votos para aprovar as propostas.

ACÇÃO DA DIREITA

Isso torna claro o caráter desse agrupamento que conseguiu reunir um amplo leque de constituintes, de tendências moderada e de centro, cujo objetivo maior era ter o direito de participar do processo constituinte com a apresentação de novas emendas. No entanto, esse grupo amplo é dirigido e dominado por setores de extrema direita, como José Lourenço, Roberto Cardoso Alves, Luiz Eduardo, Ricardo Fiúza e Amaral Netto, entre outros, que têm um único objetivo: golpear as conquistas já aprovadas pela Sistematização e impor à nação uma Constituição que atenda exclusivamente aos interesses dos latifundiários, do grande capital estrangeiro e da extrema direita. Com isso, eles se desmoralizam perante o conjunto dos constituintes e tendem a se isolar.

Ao aceitarem o adiamento e a busca de um acordo, a cúpula dirigente do "centrão" reconheceu que não tem a força que imaginava ter. Isso deixa claro que só através de um processo de negociação política se conseguirá aprovar uma Constituição que atenda às aspirações do conjunto da sociedade brasileira. Caso não aceite esta realidade, o "centrão" será forçado a ver o povo brasileiro não respeitar uma Constituição que seja fruto de um golpe. (Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília).

DIREITA

Apostando no impasse

Quem acompanhou os passos do presidente da República na última semana teve por certo a oportunidade de observar uma imagem clara do isolamento, da solidão e da própria incapacidade de agir que passaram a caracterizá-lo desde que a Comissão de Sistematização desferiu um golpe certo contra suas pretensões de continuar no poder até 1989. Na terça-feira, Sarney transformou-se no centro das atenções quando uma grande festa preparada para ele pelo ministro Jader Barbalho, da Reforma Agrária, e pelo governador Hélio Gueiros, do Pará, terminou em esparçamento de populares pela polícia, pressões, vai e gritos de "fora" dirigidos ao homenageado. Na quarta, os jornalistas que fazem a cobertura das atividades do Palácio do Planalto constataram que o presidente já não se sente seguro sequer em seu local de trabalho, e que até mesmo nas solenidades realizadas nos salões do palácio é solicitada a presença de seguranças. E na quinta Sarney partiu para o México praticamente sem chamar atenção, um sinal de que o fato de ele permanecer ou ausentar-se do país passou a ser quase um aspecto menor na conjuntura política.

O presidente não é, porém, o único em má situação. Descreditada, desmotivada e sem coesão, a equipe ministerial assemelha-se a um organismo morto que com espírito burocrático as tarefas que lhe restam até o final do mandato ou a implantação do parlamentarismo. Como mostrou

"O Estado de S. Paulo" há alguns dias, os ministros dedicam-se a atividades secundárias e de escassa relação com qualquer plano geral de administração. O governo Sarney, que um dia atingiu níveis altos de apoio popular e que mais tarde, mesmo sem apoio do povo, foi um peso decisivo em todas as votações da Constituinte, hoje é nitidamente um governo moribundo.

E o desmoronamento do governo, como havia previsto a **Tribuna Operária**, representa algo extremamente grave para as forças de direita. Elas criticavam Sarney incessantemente, inclusive com fins eleitorais, mas sabiam que sua força era uma garantia importante contra a vitória das teses progressistas na Constituinte. Não por acaso, o período de enfraquecimento mais acentuado do Palácio do Planalto foi justamente aquele em que a Comissão de Sistematização reverteu boa parte das propostas mais reacionárias aprovadas nas primeiras fases de trabalho da Assembléia e chegou mesmo a aprovar algumas teses avançadas.

Ainda que tenha feito certo alarde em torno das articulações do "Centrão", e mesmo que consiga alguma vitória parcial nos próximos dias, é pouco provável que a direita possa recuperar-se e obter êxitos significativos na fase final das votações em plenário. No episódio da discussão do regimento, ela conta com o apoio de numerosos constituintes descontentes com a rejeição dos projetos que apresentaram na Comissão de Sistematiza-

ção, mas dificilmente terá todos estes parlamentares a seu lado quando quiser derrubar propostas que reúnem apoio popular.

É justamente pelo fato de se apresentarem à sua frente perspectivas pouco promissoras na Constituinte que os reacionários partiram para um caminho arriscado, o de intensificar esforços para desgastar a Assembléia e para colocá-la se possível diante de um grande impasse, que inviabilize o prosseguimento de seus trabalhos. Quem examinar a fundo a proposta de modificação do regimento que o "Centrão" apresentava até quinta-feira passada verá que ela visa exatamente este objetivo, ao estabelecer que nos itens polêmicos do projeto constitucional nada ficaria aprovado enquanto alguma proposta não obtivesse 280 votos. Se aprovada, esta mudança levaria inevitavelmente a longas paralisções nos trabalhos, e criaria um clima propício à desestabilização do processo constituinte.

A direita articula esta tentativa através de freqüentes reuniões de empresários. E numa dessas reuniões, realizada dia 20 pelo centro de estudos da FIESP, o Instituto Roberto Simonsen, o jurista Manuel Gonçalves Ferreira Filho, superintendente do instituto, não fez segredo de seus objetivos quanto à Constituinte. Indagado a respeito da possibilidade de obter uma Constituição mais próxima dos interesses dos empresários, ele foi tático: "este texto é inconcertável", foram suas palavras.

PC do B — BA

Êxito na II Conferência

Com um número inédito de delegados eleitos desde a sua reorganização em 1962, O Partido Comunista do Brasil — PC do B — realizou na Bahia sua II Conferência Extraordinária Regional, com a participação de 250 comunistas, representando mais de cinquenta municípios baianos, além dos nove distritos da capital. A Conferência foi aberta na sexta-feira retrasada, na Câmara Municipal de Salvador, sob o slogan "Chega de Sarney, o Brasil tem saída!" A solenidade reuniu mais de quinhentas pessoas e as presenças destacadas de sindicalistas rurais e urbanos, representações de partidos políticos, como o PMDB, PT e PSB, dos parlamentares do PC do B na Bahia — os constituintes Haroldo Lima e Lídice da Mata, os deputados estaduais Luís Nova e Vandilson Costa e os vereadores Ney Campello e Jane Vasconcelos, de Salvador, Messias Gonzaga, de Feira de Santana, Ubrajara Mota, de Vitória da Conquista, Gilson de Jesus, de Itapetinga, José Leal, de Jequié e do dirigente nacional do PC do B, Dyneas Aguiar.

Durante dois dias de intensa discussão no auditório da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, a reunião dedicou especial atenção à situação política na-

cional e regional, aprovando medidas concretas para uma intensa mobilização visando garantir os pequenos mas importantes avanços já conquistados na Constituinte nas áreas social, política e econômica, como a ida massiva de delegações a Brasília durante as votações em plenário. Ficou decidido, também, a intensificação da campanha de filiação ao Partido, para garantir sua legalização em pelo menos cem municípios baianos até janeiro de 1988. Outra decisão de relevo foi a priorização do próximo pleito proporcional, mantendo a política de alianças com a formação de frentes progressistas, apresentando candidatos próprios a vereador, onde for conveniente, a prefeito, sempre dentro da frente. A perspectiva apontada pela Conferência indica que o sistema de alianças se fará sob a influência da candidatura para presidente da República, o que ainda depende da votação do plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

O CLIMA DE UNIDADE

Foi intensa a participação dos delegados nos debates que transcorreram durante o evento, e o alto grau, de unidade que se verificou mesmo na dis-

cusão de temas polêmicos, especialmente no que se refere aos problemas organizativos. Os comunistas baianos elegeram o novo diretório regional, mantendo basicamente a mesma composição anterior. O dirigente regional Péricles de Souza foi confirmado como secretário político, tarefa que a partir de agora coincide com a presidência do Partido. O PC do B na Bahia decidiu, por fim, manter sua independência diante do governo estadual, apoiando as decisões progressistas, especialmente na política nacional — como foi o caso da postura do governador Waldir Pires ante o governo Sarney, especialmente a sua articulação pela aprovação dos quatro anos de mandato na Assembléia Constituinte — mas também criticando os erros, como a atitude arbitrária do governo contra os grevistas do professorado estadual, que reivindicam a mudança da regulamentação autoritária do plano de carreira do magistério, que os prejudica profundamente. Na avaliação do dirigente regional Péricles de Souza, os comunistas baianos saíram fortalecidos desta II conferência, destacando o clima de entusiasmo e unidade em que se verificaram todas as discussões. (Pedro Augusto Pereira, da sucursal)

PC do B na TV

Não ao presidencialismo

Quando a **Tribuna Operária** estiver circulando já terá ido ao ar o programa nacional, em rede de rádio e TV, do Partido Comunista do Brasil. Neste segundo programa anual, o PC do B procura polemizar com as teses presidencialistas da direita dos generais, e do próprio PDT de Leonel Brizola. Num contundente pronunciamento, o presidente nacional do PC do B, João Amazonas, conclama o povo brasileiro a resistir à conspiração golpista em curso no país contra a Constituinte. Seguindo o dirigente comunista, as forças de-

mocráticas e progressistas da nação não se curvarão diante das ameaças, pressões e as tentativas de cooptação desfechadas pelos setores mais reacionários das classes dominantes. No programa, se faz também uma pesada denúncia da irresponsabilidade das autoridades ligadas à CNEN no controle do lixo atômico. Uma das filmagens teve como cenário a agora tristemente famosa rua 57, em Goiânia, onde ocorreu a tragédia com o césio 137, tendo como atores jovens militantes da União da Juventude Socialista (UJS). Diversas per-

sonalidades, em outro segmento, manifestam seu apoio à legalização definitiva do PC do B liderados por artistas como Carlinhos Lyra e Ricardo Petráglia. Em tom bem humorado, no decorrer de todo o programa, vários sketches foram montados, refletindo a vida e as dificuldades do trabalhador brasileiro. A apresentação foi às 20h30 do dia 30 de novembro quando o PC do B indicou os endereços para um dia nacional de filiação, no dia 1º de dezembro.



Num clima de muito entusiasmo, mais de 250 delegados debateram, em dois dias, a política do partido

RETALIAÇÕES DE REAGAN

Sarney se acovarda diante do cowboy

O governo Sarney já começou a se curvar diante das exigências do imperialismo ianque em relação à reserva de mercado para a indústria nacional de informática. Além de não tomar qualquer medida contra as retaliações impostas pelo presidente Reagan às exportações brasileiras, acena com uma maior liberalização da comercialização interna de software (programa de computador) fabricados por empresas estrangeiras.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, chegou a levantar a possibilidade de autorizar a importação dos programas produzidos pela Microsoft (o sistema MS-DOS), o que havia sido proibido pela Secretaria Especial de Informática (SEI) e foi um dos motivos alegados pelo governo norte-americano para aplicar as sanções contra o país.

CONCESSÕES

Também o secretário-geral da SEI, José Ezil Veiga, declarou que "não será mais prioridade da política de informática o estímulo ao desenvolvimento de programas de computadores similares aos existentes no mercado internacional", adiantando que as regras levadas em conta pela SEI na proibição do MS-DOS da Microsoft não serão consideradas no tratamento de versões mais avançadas de software como o OS/2 da mesma empresa.

Já o presidente Sarney, depois de se reunir com os ministros da Fazenda, das Relações Exteriores e da Ciência e Tecnologia, mandou avisar que está interessado numa rápida negociação com os Estados Unidos para superar o atual impasse. Quanto à hipótese de contra-retaliações por parte do Brasil, limitou-se a dizer que tenciona recorrer ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio, o GATT, um dos organiz-

mos criados em Breton Woods em 1944, junto com o FMI e o Banco Mundial, e que serve aos designios hegemônicos do imperialismo ianque.

Na mesma linha foi convocada uma reunião de emergência do Conselho Nacional de Informática (Conin), que repetiu as posições divulgadas a mando de José Sarney e indicou o ministro Bresser Pereira, cujas posições na negociação da dívida externa já dizem bem sobre seus sentimentos patrióticos, como relator do processo em que algumas empresas brasileiras pedem a revisão do caso Microsoft.

LISTAS DAS RETALIAÇÕES

Por sua vez, o governo Reagan deu andamento ao processo de retaliações, divulgando uma lista com 66 produtos de exportadores brasileiros sujeitos a sobretaxas de 100%. É bem mais ampla do que havia sido propagado inicialmente, abrangendo mercadorias como aviões, calçados para homem e criança, artigos de artesanato, derivados de benzeno, artigos elétricos e eletrônicos entre outras.

Os possíveis prejuízos para os exportadores também deverão envolver valores substancialmente maiores do que os 105 milhões de dólares anunciados pelo presidente norte-americano, quantia que corresponderia às supostas perdas dos fabricantes de software nos EUA.

Conforme dados divulgados pela Cacex, relativos às exportações deste ano, os produtos compreendidos na lista de retaliações respondem por 37,02% das vendas brasileiras no mercado ianque e somente de janeiro a setembro geraram uma receita em dólares de 1,8 bilhão. A sobretaxa de 100% deixa-os, praticamente a todos, sem capacidade de competição, de forma que cálculos mais realistas situam as perdas



de mercado em torno de 1 bilhão de dólares. As sanções, por sinal, já começaram, com empresas fornecedoras de mercadorias aos Estados Unidos recebendo sucessivos telegramas de seus importadores solicitando cancelamento ou

suspensão de pedidos feitos anteriormente.

COVARDIA BURGUESA

Não há como negar que alguns dos propósitos de Reagan vêm obtendo pleno êxito. As pressões de forças internas, especialmente de exportadores, contra a reserva de mercado para micro-computadores e software são a cada dia mais intensas. Cerca de 50 setores empresariais ligados ao comér-

cio exterior estão articulados contra a lei de informática.

O presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros (AEB), Ingo Zadrozny, chegou a dizer que devemos "tratar os Estados Unidos com carinho, eles são bons fregueses porque enquanto exportamos 33% dos nossos produtos eles exportam para o Brasil apenas 1,7%, portanto cabe ao Brasil repensar a sua posição. Não adianta muito o Congresso fazer uma lei contra os Estados

Unidos porque somos nós que precisamos deles".

Esse tipo de raciocínio de colonizado servil e egoísta foi repetido pelo empresário Luiz Eulálio Vidigal, presidente da sessão brasileira do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, ao atacar o projeto de lei do senador Severo Gomes que estabelece medidas de contra-retaliações, prevenindo inclusive a suspensão do pagamento dos juros aos bancos ianques. "Estamos convictos de que o referido projeto, além de carregado excessivamente de xenofobia, peca por abrir uma duvidosa e perigosa porta de entrave ao bom andamento das relações comerciais com os EUA", disse. Vale citar ainda a posição de indústrias do próprio setor de informática, que já se beneficiaram com a reserva de mercado, como o SID e a Polimax, hoje atuam como defensoras da Microsoft no processo em julgamento pelo Conin.

Fatos como esses demonstram a covardia da grande burguesia brasileira, que, incapaz de zelar pelos interesses nacionais, não enxerga além do próprio umbigo e posiciona-se sempre como sócio menor dos interesses dos monopólios estrangeiros. Na verdade, ao contrário do que diz o presidente da AEB, Ingo Zadrozny, não é o Brasil que se beneficia com os negócios comerciais e financeiros com os ianques. Pelo contrário, nossa nação é espoliada. Por exemplo, o resultado do saldo comercial brasileiro no mercado norte-americano — atualmente em 3 bilhões de dólares ao ano — retorna integralmente aos EUA, na forma de pagamento de juros aos banqueiros.

Da mesma forma, não é o projeto do senador Severo Gomes, de caráter patriótico, que abre uma "duvidosa e perigosa porta de entrave ao bom andamento das relações comerciais com os EUA", como diz o empresário Eulálio Vidigal. Afinal, quem impôs retaliações às empresas exportadoras brasileiras foi o governo pretensamente liberal do cowboy Ronald Reagan.

MAMATA

Dinheiro para usineiros

Nesta hora a burguesia não grita contra a intervenção do Estado na economia: o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) anunciou que vai cobrir eventuais prejuízos que usineiros tenham se o preço de exportação do açúcar ficar abaixo do preço do mercado interno, o que vem ocorrendo nos últimos anos. Além disso, o IAA se prontificou a cobrir 90% dos custos de transporte em terra, armazenagem no porto e estiva necessários à colocação do produto no porão do navio.

A primeira empresa beneficiada com essa generosidade do governo foi o grupo Ometto, que alegou ter perdido 1,2 milhão de dólares (Cz\$ 71,5 milhões) com a exportação de 30 mil toneladas de açúcar refinado granulado. No caso de cinco usinas filiadas à Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Alcool, além da cobertura de prováveis prejuízos, o governo ainda pagará Cz\$ 130,00 por saca de açúcar, a título de subsídio.

Ao tempo em que o açúcar tem seu preço majorado no nosso país, o governo paga para que ele seja exportado! Em 1985, o Brasil teve um prejuízo de 300 milhões de dólares com a exportação do açúcar; no ano passado, o prejuízo foi de 30 milhões de dólares. Mas essas exportações são necessárias para que o governo tenha dólares para pagar a dívida externa. Neste caso, como o dinheiro do Estado, do público, vai para os bolsos da burguesia estrangeira e nacional, não há queixas dos capitalistas...

Mulheres, à luta!

OPINIÃO PARLAMENTAR



Deputada Lidice da Mata, PC do B — BA

Pela primeira vez na história, as mulheres estão participando de forma organizada no processo de elaboração da nova Constituição. A bancada feminina na Constituinte apresentou, em articulação com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 33 emendas ao substitutivo do relator Bernardo Cabral e sete pedidos de destaque para serem votados pela Comissão de Sistematização, que já concluiu os seus trabalhos.

A maioria dessas propostas foi aprovada pela Sistematização e agora elas precisam ser confirmadas pelo plenário. Com isso, alguns direitos fundamentais das mulheres brasileiras passam a se incorporar na Carta Magna do país, ampliando as conquistas femininas em prol da eliminação das injustiças e desigualdades de que são vítimas.

No capítulo referente aos direitos sociais dos trabalhadores, por exemplo, as mulheres conquistaram os seguintes direitos: 120 dias de licença gestante, sem prejuízo do emprego ou salário; assistência gratuita aos seus filhos e dependentes em creches e pré-escolar de 0 a 6 anos de idade. As trabalhadoras domésticas foram asseguradas: salário mínimo nacional capaz de satisfazer as suas necessidades básicas e de sua família; irredutibilidade dos vencimentos ou remuneração; 13º salário com base na remuneração integral de dezembro de cada ano; repou-

so semanal remunerado; gozo de férias; aviso prévio e direito à indenização e aposentadoria.

Na seção dos direitos dos servidores públicos, foi aprovada a aposentadoria à professora aos 25 anos de trabalho. Na Ordem Econômica conquistamos o direito às mulheres de receber títulos de domínio de imóveis rurais, antes restrito ao homem. A aposentadoria para as donas de casa igualmente foi conquistada, desde que contribua para a seguridade social.

Com relação à família, conquistamos alguns direitos como o de determinar livremente o número de filhos e o planejamento familiar, a não limitação do número de dissoluções do vínculo conjugal e a proteção especial do Estado à família. No entanto, sofremos uma derrota com a não in-

clusão do princípio de que a família se constitui pelo casamento ou pela união estável. Fomos igualmente derrotadas na questão da isonomia que previa o princípio de que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações e nenhuma exceção será tolerada, além das oriundas de diferenças de funções naturais.

No caso das empregadas domésticas, tivemos algumas derrotas, como a não concessão dos direitos à licença maternidade.

Esses resultados demonstram que, até agora, conseguimos algumas vitórias e precisamos nos manter mobilizadas para ampliar ainda mais essas conquistas. Ao mesmo tempo, precisamos superar algumas debilidades ocorridas nas fases anteriores quando por falta, por exemplo, de articulação, deixamos de destacar para a votação a emenda relativa à saúde da mulher. É preciso que não só a bancada feminina na Constituinte, mas principalmente os movimentos de mulheres de todo o país estejam permanentemente em contato com as lideranças partidárias, acompanhando e pressionando para a votação e aprovação de matérias de nosso interesse.

Só assim, através de uma permanente mobilização e organização, faremos valer nossos direitos. Nessa fase final da Constituinte, essa mobilização poderá ser decisiva. Por isso, mulheres à luta!

VENHA "PANELAR" EM SALVADOR

Salvador é sol, é mar, é alegria, é beleza...

Salvador é música! Em Fevereiro, Salvador virá Carnaval!

A melhor forma de brincar o Carnaval de Salvador é no PANELA VAZIA, o bloco mensagem, o bloco de luta, o bloco poesia.

O PANELA é uma forma bonita e gostosa de satirizar, de criticar os poderosos e a situação do povo sem perder o charme, a alegria, o jeito solto e gingado do Carnaval da Bahia.

É um dos blocos mais baratos, sem com isso perder a qualidade que lhe garantiu o título de campeão de 87 e diversos outros prêmios.

O PANELA é integração, é amizade, é um bloco onde um sentimento, um axé muito grande, de repente une todo mundo na maior solidariedade... O PANELA é paz. São milhares watts de potência a serviço de sua alegria e do delírio coletivo sem igual que é o Carnaval da Bahia.

FAÇA SUA RESERVA JÁ! Nossos preços: até dia 07/12 - Cz\$ 2.900,00 - a partir de 08/12 - Cz\$ 3.450,00 à vista ou em prestações MAIORES INFORMAÇÕES FONE (071) 243-6492

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E CARNAVALESCA

PANELA VAZIA

"O POVO BRINCA, MAS COM O POVO NÃO SE BRINCA"

LEIAUTE

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Os fariseus e as eleições

Os revolucionários devem fazer todos os esforços para orientar o movimento operário pelo caminho mais reto e mais rápido. "Mas — diz Lênin atacando o doutrinário de esquerda — basta um pequeno passo mais adiante, ainda que pareça dado na mesma direção, para que esta verdade se transforme em erro. Basta que não aceitemos mais que um caminho, o caminho reto, que não aceitemos as manobras, os acordos e os compromissos para que isso seja um erro que pode causar, já causou e em parte continua causando, os mais graves prejuízos ao comunismo".

UM MILAGRE

Nem sempre se dá a devida atenção a esta advertência. Em particular, no quadro intrincado de forças que se apresenta na constituinte, este ensinamento tem enorme importância. Especialmente diante da tese tão cativante de "eleições gerais" para o próximo ano.

É natural a empolgação com esta formulação. Afinal é aparentemente uma coisa natural, ao se implantar um novo sistema de governo, onde cresce significativamente o papel do congresso Nacional, que o povo escolha os parlamentares que irão decidir sobre o primeiro ministro.

Mas chama a nossa atenção o interesse súbito de figuras conservadoras, e mesmo direitistas empedernidos, neste tipo de solução. Até o destemperado provocador José Lourenço, do PFL, sustentou esta tese no fim dos trabalhos da comissão de sistematização. Algum milagre converteu essa gente à democracia?

Ocorre que uma posição justa, num determinado contexto pode ser usada para uma causa injusta. Um anseio do povo pode ser empregado como isca para desviar as massas de uma conquista maior. E, no momento o que preocupa acima de tudo às classes dominantes é sufocar o parlamentarismo. Afinal, a eleição é um fato passageiro, que a burguesia tem como manter sob certo controle — apesar de arranhões que possa sofrer. Mas a implantação do novo sistema de governo não é uma medida meramente conjuntural, golpeia severamente o esquema de poder usado até hoje pelas oligarquias para dominar os trabalhadores.

Assim, o surpreendente amor pelas eleições não passa, para estes fariseus, de uma manobra tática para deixar em segundo plano a questão da forma de governo. E para tentar, com as disputas por vaga nos diversos partidos, dos inúmeros pretendentes a candidato, sabotar a unidade forjada em torno do parlamentarismo.

O ELO PRINCIPAL

Os democratas não são contra eleições. Pelo contrário, foram os maiores defensores das diretas já. E batalharam pelas eleições presidenciais em 88. Mas nestes instantes, conquistado o mandato de quatro anos, o elo principal que puxa a luta pela democracia, é a derrota da ditadura presidencialista e a aprovação do parlamentarismo. É em função deste, principalmente, que se farão os acordos, as alianças, a concentração de esforços, na constituinte.

A luta revolucionária não se trava através de retumbantes proclamações verbais, nem de simples afirmações de objetivos gerais. Sem traçar orientações concretas para o que Lênin chamava de "malditos problemas do dia-a-dia", não se pode lutar com êxito. Não se trava cada combate com um objetivo em si mesmo. Urge saber que batalhas são essenciais em cada situação. E, em cada uma delas, como golpear o inimigo tendo em vista o objetivo maior de transformar revolucionariamente a sociedade rumo ao socialismo. (Rogério Lustosa)

A traição da revolução e suas lições para os povos



Nas comemorações do 70º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, os revolucionários e os povos de todo mundo buscam entender as causas e os motivos que levaram à degenerescência do primeiro Estado proletário do mundo; a transformação da URSS de baluarte da revolução mundial numa super-potência social-imperialista contrarrevolucionária. A propaganda burguesa apresenta as graves consequências da traição revisionista como o atestado de falência do socialismo, enquanto sistema social superior, e do próprio marxismo-leninismo. Afinal, por que seria tão necessária a revolução e os sacrifícios que ela impõe se depois de alguns anos tudo voltaria a ser como antes? A defesa dos ideais da Revolução de Outubro passa pela condenação da capitulação revisionista.

A 5 de Março de 1953 morria J. V. Stálin, fiel discípulo de Lênin e digno continuador de sua obra revolucionária. Por três décadas seguidas Stálin havia dirigido o país dos Soviets no caminho seguro da construção do socialismo, superando imensas dificuldades e infindáveis obstáculos. Seu indiscutível prestígio fôra assegurado por seus méritos na vitória da Revolução de Outubro, na construção socialista da URSS, no triunfo sobre os nazistas durante a II Guerra Mundial, na criação e consolidação do campo socialista, no fortalecimento do movimento comunista internacional. Sua morte causava consternação não só aos povos da URSS, como ao proletariado e demais trabalhadores de todo mundo. Apresentava-se a pergunta crucial: quem seria seu sucessor?

O PCUS — partido de Lênin e Stálin — desfrutava da confiança e do amor das massas, como arquiteto da Revolução de Outubro e das profundas transformações ocorridas no país. Sua direção contava com revolucionários experimentados e provados, alguns antigos bolcheviques da época de Lênin. As expectativas em torno do substituto de Stálin recaíam sobre Molotov, um dos mais capazes da direção. Mas o indicado acabou sendo Nikita Kruschov, ex-1º Secretário do PCUS em Moscou, e que até 14 de Março daquele ano sequer fazia parte do Secretariado do CC.

O cêrco do Kremlin e o golpe sobre o CC do partido Bolchevique

Este processo prossegue até 1957, quando se realiza uma reunião do Presidium do CC do Partido. A parte mais sábia da direção soviética — Malenkov, Molotov, Kaganovich, Vorochilov e outros — começa a se dar conta dos planos de Kruschov e seu grupo. Na reunião, Kruschov é destituído da tarefa de 1º Secretário e nomeado Ministro da Agricultura. Mas a coisa não durou muito. O grupo Kruschovista aciona quadros degenerados do Exército que, além de cercarem o Kremlin, partem em busca dos membros do Plenum do CC. A reunião é interrompida, e sob a pressão das armas, a decisão é revista. Consuma-se o golpe kruschovista. Os que resistissem, a partir daí, ou perderiam seus postos ou seriam eliminados.

Ainda que no poder desde 1953, o grupo revisionista capitaneado por Kruschov só vai apresentar sua plataforma no XX Congresso do PCUS, realizado em fevereiro de 1956. Esta plataforma é desenvolvida ainda mais no XXII Congresso, de outubro de 1961. A pretexto do "restabelecimento da democracia", é incentivada a "liberalização" da vida do país, fala-se ainda da "passagem da época das revoluções à época da paz", etc.

Apoiando-se na idéia do surgimento, no plano internacional, de uma correlação de forças favoráveis à revolução, os revisionistas apresentam a suposta possibilidade da passagem pacífica do capitalismo ao socialismo. No lugar da revolução violenta do proletariado visando a destruição do antigo aparato estatal burguês e a construção do novo Estado proletário, surgia o caminho pacífico, parlamentar, das reformas nos marcos do capitalismo. A ação do proletariado desvia-



Os revisionistas especulam com o nome de Lênin, mas traem sua obra.

va-se da preparação de suas forças para o golpe final contra a burguesia, voltando-se para a conquista de "posições estáveis" nas instituições burguesas especialmente o parlamento.

A ditadura proletária virou "Estado de todo o povo"

Mas o oportunismo revisionista não se limitaria a isso. No XXII Congresso são aprovadas as teses do "Estado de todo o povo" e "partido de todo o povo".

Era substituída a necessidade da ditadura do proletariado — Estado do proletariado como classe dominante — durante o período transitório do capitalismo ao comunismo pelo conceito de "Estado de todo o povo". No programa aprovado neste congresso afirma-se: "Assegurando a vitória completa e final do socialismo... a ditadura do proletariado completou sua própria missão histórica e tornou-se dispensável na URSS". Buscando argumentar o fim da ditadura do proletariado na URSS, passa-se a dizer que o desenvolvimento da sociedade depois da vitória da revolução socialista se distingue em três períodos: 1) o período passageiro do capitalismo ao socialismo; 2) a primeira fase da sociedade comunista, o socialismo; e 3) a fase mais alta, o comunismo. O Estado da ditadura do proletariado corresponderia, segundo os kruschovistas, ao primeiro período, que se estenderia até a construção das bases econômicas do socialismo. Lênin, ao contrário, assinalava: 1) no capitalismo existe o Estado no verdadeiro sentido da palavra, o Estado nas mãos de uma minoria de exploradores para oprimir a maioria; 2) durante a passagem do capitalismo ao comunismo, existe o novo Estado da maioria — a ditadura do proletariado —, para esmagar a resistência da minoria; 3) por último, no comunismo, com o desaparecimento das classes, o Estado torna-se desnecessário. Além disso, Lênin sempre apresentou o Estado como um instrumento de

dominação de uma classe sobre a outra, expressão de contradições irreconciliáveis de classe, e nunca, como fazem os revisionistas, como órgão de colaboração de classes. Na verdade, o "Estado de todo o povo" serviu aos revisionistas para mascarar a transformação do Estado soviético num Estado social-fascista, a serviço da nova classe dominante que se formava com a degenerescência capitalista do país.

Utilizando-se ainda da errônea divisão dos três períodos da transição do capitalismo ao comunismo, os revisionistas apresentam a transformação do velho PCUS em "partido de todo o povo". Retirava-se o caráter de classe proletária do partido, buscando demagogicamente apresentá-lo como representante de toda a sociedade.

Todas estas mudanças processavam-se paralelamente a alterações promovidas na economia soviética: abandono do princípio da centralização econômica por parte do Estado socialista; incentivo à auto-gestão no funcionamento das empresas, cuja meta passa a ser o lucro; os administradores passam a gozar de maiores poderes; liberação maior do sistema de preços etc... A propriedade socialista converte-se em propriedade capitalista, não em sua forma clássica, mas como propriedade monopolista estatal, cujo lucro é repartido conforme a posição ocupada no Estado e no partido.

O processo regressivo da URSS despertou a atenção de todos. A burguesia o saudou efusivamente. Afinal, o proletariado perdia uma importante base de sua luta emancipadora. Os oportunistas reanimaram-se e empenham-se sempre mais em negar a revolução e o socialismo. Mas os verdadeiros revolucionários procederam a um exame cuidadoso das causas e motivos da degenerescência na URSS, tirando ensinamentos valiosos para a luta revolucionária.

Apesar da imensa luta travada por Stálin e o PCUS pela educação revolucionária das massas contra a

influência burguesa e pequeno-burguesa, esta ainda era forte. Apoiava-se nos resquícios das classes exploradoras e no aparecimento de novos elementos burgueses, que eram o ponto de apoio da pressão externa. Além disso, durante a II Guerra uma parte importante do território da URSS foi ocupada pelos nazistas, que apoderaram-se do poder. Nestas regiões criaram-se as condições para o livre desenvolvimento da pequena propriedade privada no campo e na cidade, reanimando a ideologia pequeno-burguesa.

A questão-chave foi o abandono pelo PCUS da posição revolucionária

Mas tudo isso teria sido apenas uma ameaça, ainda que real, ao socialismo, caso o PCUS tivesse se mantido em posições revolucionárias, de combate face ao perigo da restauração capitalista, como fizera Stálin na sua direção, enquanto viveu. O liberalismo e o burocratismo vão sufocando no partido o espírito e o ímpeto revolucionários. Seus quadros e dirigentes se corrompem, degeneram, passam a pensar nos benefícios e proveitos materiais que podem obter, afastam-se das massas. No partido, no Estado e no Exército forma-se uma camada de elementos burocratizados e de mentalidade capitalista, que se torna a base social do revisionismo. Assim, a contra-revolução kruschovista é feita a partir de dentro, do alto, pela ação dos quadros aburguesados nas condições do socialismo. Com isso, os revisionistas asseguravam à burguesia sua mais importante vitória dos últimos 40 anos, prolongando a vida do sistema capitalista explorador.

Os pregoeiros da exploração capitalista apresentam o retrocesso revisionista como exemplo da inviabilidade do socialismo de Marx, Engels, Lênin e Stálin. Os verdadeiros revolucionários atêm-se ao ponto de vista do marxismo científico, reconhecendo a construção do socialismo como um processo longo e complexo, que se desenvolve no quadro de uma áspera luta de classes, e onde se manifesta a luta entre os dois caminhos de desenvolvimento — o capitalista e o socialista — até o comunismo. Mais ainda, o retrocesso não é fatal, ele pode ser enfrentado como o partido revolucionário mantendo-se fiel aos princípios do marxismo-leninismo, desenvolvendo corretamente a luta de classes, elevando sempre sua vigilância e revolucionarizando-se, como prova a experiência vitoriosa da Albânia. A restauração capitalista representa precisamente o abandono do caminho revolucionário, a traição aos princípios do marxismo-leninismo.

O socialismo, apesar dos reveses sofridos, ocupa hoje o centro das atenções em todo o mundo. E por mais ataques que ainda venha a sofrer acabará triunfando sobre o capitalismo. Nem mesmo a ação de sapa dos revisionistas — agentes da burguesia no movimento operário — conseguirá deter a marcha do proletariado rumo à conquista de uma sociedade livre da exploração e da opressão.

(Luciano Martorano)



Enver Hoxha denuncia, em Moscou, a traição de Kruschov.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

SINDICALISMO EM ISRAEL

Histadrut: uma central sionista

Durante três dias, no mês de novembro, o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, esteve em Israel a convite da Histadrut (Confederação Geral dos Trabalhadores Israelenses). A visita preocupou alguns círculos sindicais brasileiros, tendo em conta que no congresso de fundação da CGT, em 1986, foi aprovado um caloroso apoio ao povo palestino e que a Histadrut defende a política expansionista e agressiva de Israel.

De volta ao Brasil, Joaquim Andrade afirma que sua viagem não adulterou a resolução do congresso da CGT. "A visita não anula a solidariedade à luta do povo palestino", garante. Alegando que a estada em Israel foi curta, Joaquinza diz que não foi possível ir aos territórios ocupados pelos exércitos sionistas, onde as condições de vida dos palestinos se assemelham à dos prisioneiros dos campos de concentração nazista. Quanto à Histadrut, ele evita fazer comentários, limitando-se a dizer que ela é "muito poderosa e com grande influência no governo".

CENTRAL RACISTA

Deixando de lado a diplomacia sindical, não é preciso visitar Israel para conhecer a discriminação dos trabalhadores palestinos e a política oficial racista, sionista, da Histadrut. O próprio convite à CGT brasileira faz parte da campanha desta central para limpar a sua imagem e a do governo terrorista de Israel — que é o principal braço armado do imperialismo americano na rica região do Oriente Médio.

É notório que a Histadrut está totalmente comprometida com a política expansionista do governo israelense. Ela sempre silenciou diante das ocupações das terras árabes e nunca protestou contra as agressões aos palestinos. Quando os territórios da Cisjordânia e de Gaza foram invadidos pelo exército sionista, em 1967, essa "central sindical" teve uma conduta de cúmplice. Já em 1982, quando do massacre de Sabra e Chatila, que comoveu e revoltou o mundo, ela não condenou a selvageria militarista e apenas lamentou a matança de milhares de pessoas.

Na verdade, a Histadrut adota uma visão pragmática burguesa. Ela defende o expansionismo do Estado de Israel e a discriminação dos palestinos porque sabe que é daí que sobram as migalhas que nutrem a pequena aristocracia de assalariados israelenses e a própria burocracia sindical. Essa concepção faz com que ela inclusive aprove a repressão aos trabalhadores e sindicatos palestinos.

REPRESSÃO POLICIAL

Desde a fundação do Estado de Israel, em 1948, que o

movimento sindical palestino é vítima de feroz perseguição. Quando da ocupação militar das terras palestinas, a maioria dos sindicalistas teve que se refugiar. Muitos foram presos e assassinados. Apesar da truculência, os trabalhadores mantiveram a resistência e reconstruíram seus sindicatos. Atualmente existem 36 entidades e, em 1965, foi fundada a Federação Geral dos Trabalhadores Palestinos (hoje denominada Federação dos Trabalhadores Palestinos), que representa todos os sindicatos dos territórios árabes ocupados.

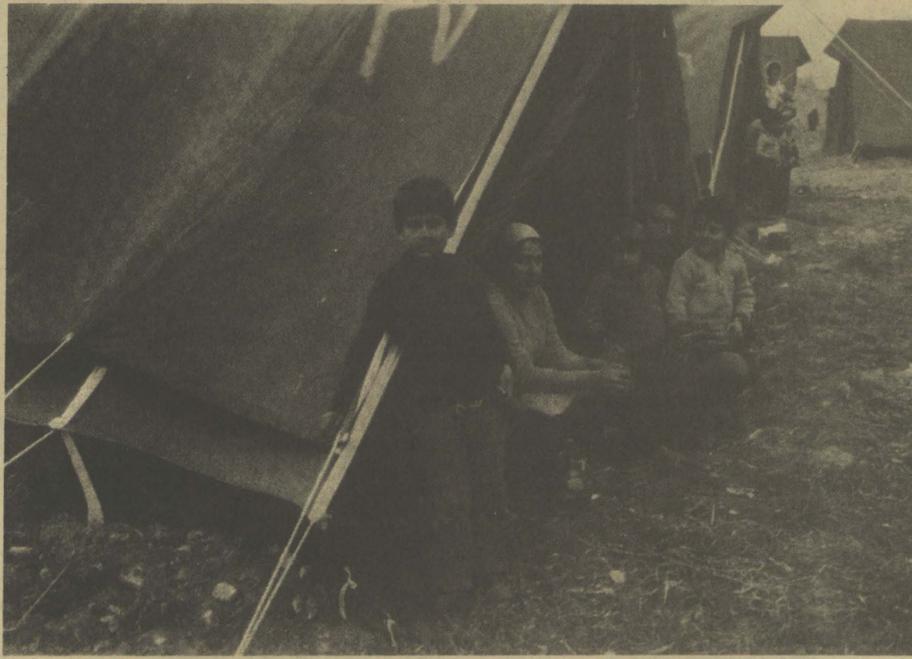
Estas entidades sindicais atuam em difícil situação. Elas não têm o direito de negociar com as empresas e nem são reconhecidas pelas autoridades de ocupação. As violências do governo de Israel são constantes, conforme denúncias da Anistia Internacional e da própria Organização Internacional do Trabalho (OIT). Segundo esses organismos, desde 1969 cerca de 50 dirigentes sindicais palestinos foram deportados.

Em 1982, por exemplo, 36 sindicalistas foram detidos, dispensados de seus empregos e passaram a viver sob prisão domiciliar. Em 1986, o governo militar do território ocupado de Gaza proibiu a eleição da nova diretoria da FPTP na região. Nesse mesmo ano, a sede da Federação em Hebrão — cidade ao sul da Cisjordânia — foi fechada pela polícia três vezes.

TRABALHO ESCRAVO

A repressão tem como objetivo evitar a luta organizada dos trabalhadores palestinos, que são violentamente explorados e discriminados. A OIT calcula que os palestinos dos territórios ocupados recebem cerca de 50% a menos que os assalariados israelenses que executam as mesmas funções. Além disso, o salário do trabalhador palestino é reduzido pelos inúmeros impostos cobrados por Israel para "manter" a ocupação. Em alguns casos a redução atinge 40% dos já mínguaos salários.

Ao mesmo tempo, a esse trabalhador é negado qualquer direito. Ele não tem assistência médica, seguro-desemprego, auxílios para doenças e para família, não recebe o pagamento das férias, do repouso semanal e da aposentadoria



Os trabalhadores palestinos são discriminados e vivem em barracas nos territórios ocupados por Israel

— todos direitos garantidos aos israelenses. Atualmente, mais de um terço da mão-de-obra palestina é levada em transporte precário para Israel como diarista, executando os serviços mais pesados e menos qualificados — que o israelense se recusa a fazer.

Após as ocupações de 1967, o governo de Israel redigiu um "Código de Trabalho" especial para os habitantes destes territórios, que legalizou os abusos patronais. O trabalhador palestino é admitido diretamente nas ruas pelos empresários israelenses, sem qualquer contrato de trabalho. À noite ele é obrigado a voltar para os acampamentos — onde se amontoam em barracas miseráveis, sem esgotos ou qualquer segurança.

HISTADRUT EXPLORA

A central sindical de Israel não apenas tolera essa discriminação, como se aproveita dela. Neste país vigora a visão do "sindicalismo empresarial" — idéia que alguns brasileiros desejam copiar. A Histadrut emprega atualmente cerca de 250 mil trabalhadores nas chamadas "empresas dos sindicatos". Ela possui a maior indústria de navegação do país, várias fábricas de armamentos — inclusive em associação com o regime racista da África do Sul —, empresas de seguro e um banco, o Hapolim, que é o segundo maior de Israel e está entre os 100 maiores do mundo. Um estudo recente estima que a Histadrut controla hoje 30% das indústrias e cerca de 80% da produção agrícola do país.

Todo esse poderio não serve aos interesses dos trabalhadores. Nestas empresas impera a lei do lucro. Os funcionários são explorados da mesma forma que nas firmas privadas dos capitalistas. O fruto do trabalho serve basicamente para enriquecer e corromper os dirigentes sindicais. No caso dos palestinos, os abusos cometidos são os previstos no "Código de Trabalho" especial e os trabalhadores não têm qualquer direito. Outra consequência desse "sindicalismo empresarial" é o afastamento da base, o abandono das lutas dos trabalhadores — inclusive dos próprios israelenses não especializados.

A Histadrut prega um sindicalismo de conciliação com os patrões e o governo. Defende abertamente o capitalismo e o expansionismo sionista. A força hegemônica no Comitê Executivo desta central é do partido social-democrata, o Maarach, que é presidido pelo ex-primeiro ministro Shimon Peres. Atualmente esse partido compõe o governo juntamente com o Likud — uma organização de extrema direita. E a política econômica deste governo tem agravado ainda mais a situação do trabalhador.

TRAÍÇÃO DO PACTO

Recentemente foi celebrado um novo "pacto social" entre a Histadrut, o governo e os empresários. Fruto desse acordo, o governo bipartido decretou em janeiro passado um plano de austeridade que desvalorizou a moeda nacional (shekel) em 10%; reduziu as subvenções do Estado para os

produtos de consumo popular; e cortou os créditos à educação, saúde e instituições populares. Também foram arrochados os salários. Ao mesmo tempo, o governo elevou os gastos em armamentos e contraiu novas dívidas com o exterior — despesas que equivalem a 74% do orçamento de Israel.

Esta política, apoiada pela Histadrut, tem gerado aumento de desemprego (que atinge cerca de 150 mil israelenses) e acentuado as disparidades sociais — enquanto os 10% mais ricos da população açambarcam 40% do rendimento nacional, 40% partilham de apenas 12% das riquezas. Os próprios dados oficiais indicam que uma família média (composta por quatro pessoas) necessita de 1500 shekels para viver decentemente. Mas o salário médio atual não ultrapassa 1.145 shekels. O governo admite ainda que 52% dos trabalhadores israelenses recebem um salário que oscila entre 400 e 800 shekels. Imagine a situação dos palestinos!

Diante desse quadro, a Histadrut enfrenta também a resistência dos trabalhadores israelenses. Desde 1982, ano do desencadeamento da guerra contra o Líbano, tem aumentado o número de greves. Nestas inclusive se estreitam as relações entre os assalariados israelenses e palestinos. A maioria desses protestos são deflagrados pelos comitês de empresa, sem a aprovação prévia do Comitê Executivo da Histadrut. Esta continua a defender a "paz social" e a política expansionista de Israel. (Altamiro Borges)

Coneg sem quorum

Por falta de quorum, fracassou a tentativa da nova diretoria da UNE de convocar um Conselho Nacional de Entidades Gerais (Coneg). Um dos objetivos deste Coneg seria mudar as resoluções políticas amplas aprovadas no último congresso da UNE por 2.400 delegados. A lista de entidades apresentadas pela diretoria continha 46 DCEs (o quorum mínimo é de 50 entidades). No entanto, três deles estão sem diretoria ou são inexistentes e um, o da Universidade Federal do Acre, sua diretoria não representa mais os estudantes daquela universidade, pois foi derrotada recentemente por uma chapa da "Viração" (veja abaixo). Nem com estas fraudes a diretoria conseguiu alcançar seu intento. A maioria das entidades que não estiveram presentes ao Coneg sabem que não houve mudança substancial na conjuntura em um mês que justificasse este encontro agora.

Deu Viração no CE

Nos dias 18, 19 e 20 de novembro realizaram-se eleições para o DCE da Universidade de Fortaleza (Unifor), saindo vencedora a chapa "Depende de nós", apoiada pela tendência "Viração". Quatro chapas disputaram as eleições, sendo que a vitoriosa obteve expressiva votação. (2.383 votos), enquanto as outras três juntas (duas apoiadas pelo PT e uma anarquista) não atingiram sequer mil votos. A receita para este sucesso foi que a chapa "Depende de nós" era formada por lideranças combativas que participaram ativamente da greve de 63 dias no primeiro semestre deste ano. Além disso a chapa era caracterizada por sua amplitude, havendo uma grande participação das bases durante sua elaboração. A nova presidenta do DCE é Tereza Cristina Esmeraldo.

Também na UFSC...

A "Viração" foi a grande vencedora também nas eleições que escolheram a nova direção do DCE da Universidade Federal de Santa Catarina. Cerca de 50% dos 12 mil alunos foram às urnas (maior índice de participação em eleições para o DCE), sendo que 2.511 deram seu voto para a chapa "Viração". É a primeira vez que uma chapa da situação consegue se reeleger. "Isto prova que o nosso trabalho desenvolvido na gestão anterior (87) estava correto", diz Rejane Gomes, a nova presidenta do DCE. (da Sucursal)

...e ainda no Acre

Nas eleições para o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Acre saiu vencedora a chapa "Solte a Voz", ligada à "Viração". Também concorriam ao pleito as chapas "Raça", composta por elementos do PRC, PV e trotskistas e "A volta da consciência", de caráter anarquista. Com a derrota da chapa "Raça" se afastam da direção do DCE os elementos que durante três anos deixaram a entidade estudantil na inoperância. No desespero, estes partiram para uma campanha baseada no anticomunismo. O novo presidente do DCE é o acadêmico de História, Gerson Albuquerque. (Neiva Chemite, da sucursal)

Greve na Standard

A totalidade dos 2.800 operários da Standard Eletrônica, no Rio de Janeiro, aderiram à greve entre os dias 11 e 17 de novembro. A paralisação foi em protesto contra o não cumprimento do acordo feito pela empresa com o sindicato. O Sindicato dos Metalúrgicos e a Comissão de Fábrica, depois do sétimo dia de greve, firmaram um acordo com a empresa e garantiram o pagamento da diferença de 20% nos salários (totalizando os 40,2%). A empresa também se comprometeu a readmitir os operários demitidos durante a greve (25 demissões). Para o êxito desta greve vale ressaltar a participação destacada do Sindicato e da deputada Jandira Feghali, do PC do B. (da sucursal)

Servidor para UFG

No fechamento desta edição (dia 26), prosseguia a greve dos servidores da Universidade Federal de Goiás, deflagrada no último dia 10, com a adesão de 100% dos funcionários. Os grevistas reivindicam o enquadramento imediato de todos os servidores no plano de cargas e salários — já aprovado pelo Congresso Nacional desde abril — correção na tabela salarial do plano da ordem de 59,35%. Para o presidente da Associação dos Servidores da UFG (Asufego), Honório Angelo da Rocha, a reitoria continua inflexível, indisposta ao diálogo, "demonstrando uma atitude completamente antidemocrática". Alguns setores que vinham funcionando precariamente, estão agora completamente paralisados, inclusive as atividades de preparação do vestibular. (da sucursal)

Ocupação de três áreas

Cerca de 10 mil lavradores sem terra ocuparam na madrugada de segunda-feira, dia 23, três propriedades rurais abandonadas no Rio Grande do Sul. Na fazenda Itati, do ex-deputado Aldo Pinto (PDT), mil famílias de lavradores invadiram 1.743 hectares de terras improdutivas. De maneira organizada, os agricultores driblaram a vigilância da Brigada Militar e ergueram rapidamente suas barracas.

Já a fazenda do Salso, do fazendeiro Plínio Pereira Dutra, foi ocupada por cerca de

1.500 famílias provenientes de várias regiões gaúchas. Os agricultores justificaram a ocupação demonstrando que a área estava quase toda abandonada. A propriedade possui 11 mil hectares e apenas 1.200 estão cultivados. No mesmo dia da ocupação o fazendeiro entrou com pedido de reintegração de posse no fórum da cidade.

De propriedade da Universidade Federal de Pelotas, a fazenda Palma foi ocupada por 120 trabalhadores rurais expulsos da fazenda Annoni.



Colonos ocupam a fazenda do Salso, que estava abandonada

RAIVA DE BRIZOLA

O movimento dos sem terra obteve o imediato apoio de inúmeras entidades democráticas e populares e de personalidades políticas. O prefeito de São Nicolau, Jauri Silva da Cunha, visitou os ocupantes da fazenda Itati e afirmou que esta é a única forma de luta para obrigar o governo a "transformar o processo formal da reforma agrária em algo prático". O secretário da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul, Geraldo Pegoraro, foi mais enfático nas suas declarações: "O governo federal fica enrolando os agricultores. Durante este ano deveriam ser assentados no Estado mais de 10 mil colonos, mas só 500 famílias foram beneficiadas. Daí só resta ao colono fazer as coisas por si mesmo".

A declaração de simpatia aos latifundiários ficou por conta de Leonel Brizola, presidente do PDT. Num encontro com empresários, em Porto Alegre, ele disse que as ocupações eram "uma covardia". Para ele, "essas invasões nada mais são do que uma provocação e como tal terão a resposta que merecem". Como grande proprietário de terras, Brizola não se referiu uma única vez à miséria dos agricultores sem terra. (da sucursal)



No porto de Santos (SP) não houve embarque e desembarque de carga

PORTUÁRIOS

Greve de advertência

No último dia 23, os portuários de todo o país realizaram uma greve de advertência de 24 horas. O protesto ocorreu em função da intransigência da Portobrás, que se recusa a atender as reivindicações da categoria. A última reunião de negociação, no dia 20, terminou em impasse. A empresa apresentou uma contraproposta prevendo apenas uma antecipação salarial de 5,5% em outubro, 6% em novembro e 6% em dezembro. Os portuários, representados por um comando unitário dos sindicatos, mantiveram a reivindicação de 79,44% de reposição salarial.

Segundo o comando nacional, a greve atingiu cerca de 21 mil dos 30 mil trabalhadores nos portos no país. Apenas dois locais não aderiram ao

movimento — Imbituba, em Santa Catarina, e Rio Grande, no Rio Grande do Sul. A paralisação demonstrou a força da categoria, que já anunciou para o próximo dia 30 o início da greve por tempo indeterminado caso a Portobrás não apresente uma nova proposta de acordo.

Na maioria dos Estados o protesto transcorreu em calma. Apenas em Manaus ocorreram alguns choques da PM com os piqueteiros. No porto de Maceió (AL) a paralisação foi suspensa por alguns minutos para que os portuários pudessem desembarcar oito toneladas de trigo. "O trigo é para as classes menos favorecidas, por isso aceitamos o acordo com a administração do porto", explicou Japson Levino, presidente do sindicato.

Movimento Emancipacionista — SP

Com a cor das mulheres do povo

Com a presença de 800 mulheres, de 33 entidades emancipacionistas de diversas regiões do estado de São Paulo, de diversas entidades de bairro e sindicais e outras associações de mulheres, realizou-se, no último dia 21 de novembro, o I Encontro Estadual de Entidades Emancipacionistas que criou a União Popular de Mulheres do Estado de São Paulo.

Operárias, trabalhadoras rurais, professoras, estudantes, donas de casa, mulheres idosas ao lado de mulheres jovens, negras, brancas e amarelas vieram dos mais diferentes recantos do Estado, de mais de 30 municípios, para discutirem seus problemas, suas lutas, suas experiências e reforçar, assim, a criação da entidade estadual das mulheres de São Paulo. Filhos de baixo do braço, elas deixaram seus afazeres, sua lida diária, sua existência cheia de sofrimento na luta pela sobrevivência, seja na fábrica, no campo, nas escolas, nos escritórios, nas cozinhas, deixaram para trás a opressão de que são vítimas e se concentraram numa única preocupação: o esforço coletivo e unitário para que desse encontro saísse uma entidade que dirija as suas lutas e oriente suas ações.

Da solenidade de abertura participaram Lillian Martins, coordenadora do Encontro; Ana Maria Rocha, diretora da revista "Presença da Mulher" e representantes de entidades emancipacionistas das cidades de Goiânia, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre. Além destas, foi anunciada a presença de inúmeras personalidades e entidades sindicais e femininas da capital e do interior do estado.

Unidade para lutar

"Este I Encontro — disse Lillian Martins em seu discurso de abertura — é o coroamento das inúmeras vitórias alcançadas pela corrente emancipacionista neste ano de 1987. É a entidade que nascerá daqui é fruto também do esforço e do trabalho de cada uma de vocês em sua frente de lutas. É uma entidade que nasce pra lutar e para unificar as lutas das mulheres em nosso estado". E enquanto Lillian citava a relação das entidades e das delegações presentes, as mulheres se levantaram num único grito: "No campo e na cidade, a mulher quer liberdade".

Ana Maria Rocha, diretora da revista "Presença da Mulher", uma das promotoras do Encontro, em seu discurso de abertura destacou o papel que a imprensa feminina vem cumprindo ao longo da história do movimento de mulheres no Brasil. "Um papel de apoio e de acompanhamento das nossas lutas, papel este que vem cumprindo atualmente a revis-

ta "Presença da Mulher", apesar de ter apenas 16 meses de existência", disse Ana Maria. Ela lembrou também o Encontro nacional do Rio de Janeiro, promovido pela revista no mês de julho deste ano, que reuniu mais de 800 mulheres de todos os estados do Brasil. Acrescentou ainda: "Nós mulheres, não somos mais objeto de cama e mesa. Sabemos lutar e vamos jogar um papel fundamental e decisivo para acabar com a miséria e a espoliação dos pobres promovida por este governo do Sarney". Em resposta, as mulheres gritaram: "Sarney não dá. Diretas já".

Pelas entidades dos outros estados, falou a presidente da União de Mulheres de Curitiba, a jornalista Têlia Negrão, reforçando as palavras de Ana, acrescentando que um dos principais papéis das mulheres hoje é "participar da construção de uma sociedade nova, que garanta a igualdade entre homens e mulheres".

Presença popular

Após a abertura, as mulheres se dividiram em 10 grupos de trabalho, onde discutiram as propostas de Manifesto, Estatutos e Plano de Ação da União Popular de Mulheres do Estado. Discutiram também os nomes, propostos pela coordenação do Encontro, das mulheres que comporiam a primeira diretoria dessa entidade. Dos dez grupos formados, dois se constituíram de forma diferente: um era formado por operárias e o outro pelas trabalhadoras rurais presentes. Nestes grupos, elas discutiram principalmente os problemas de suas categorias e suas formas de lutas.

Sem dúvida o ponto que mais interesse suscitou entre as mulheres nas discussões dos grupos foi o que tratava do Plano de Ação da entidade e que tem como prioridades as seguintes questões: a luta pela creche (a ser desencadeada a partir do dia 8 de março no ano que vem); a luta pelo atendimento integral à saúde da mulher; a luta contra a violência sobre a mulher e a participação, ao lado de todo o povo, nas lutas por uma Constituinte democrática e progressista, pelo regime parlamentarista e por diretas em 1988.

Uma das marcas desse Encontro foi a presença de um grande número de operárias, trabalhadoras rurais, de mulheres do povo. Via-se em seus rostos as rugas e os traços do sofrimento motivado por toda uma existência de opressão e exploração e não raro muitas delas não escondiam as lágrimas ao ouvirem os relatos, as denúncias e as experiências das companheiras que se sucediam uma após outra no microfone, denunciando as péssimas condições de vida, a exploração, a opressão, a discriminação e o abandono em que vivem. Como uma senhora de Santo André, região do ABC,



Lillian Martins, de pé, ao lado de Ana Rocha da revista "Presença da Mulher", faz a abertura do Encontro

de 66 anos, que pediu licença no seu grupo para fazer um 'desabafo': "Faz pouco tempo que eu entrei nessa luta. Antes eu não enxergava as coisas direito e sofria muito mais. Eu tive 13 filhos, um atrás do outro. Meu marido me maltratava muito, principalmente quando eu ficava grávida. Me deixava com fome e eu era obrigada a trabalhar muito pra sustentar meus filhos. Todos eram pequeninos e muitas vezes eu deixava eles amarrados em casa pra eu poder ir trabalhar. Amarrados! Vocês sabem o que é isso pra uma mãe?".

Não à exploração

Uma trabalhadora rural, do Sertãozinho, região de Ribeirão Preto, denunciou, na plenária, a vida que levam as trabalhadoras rurais espalhadas pelo estado e pelo país agora: "Nós não temos direito a creche. Começamos a trabalhar com 12 anos de idade, sem assistência médica, sem direito a educação, perseguidas pelos feitores dos patrões e quando a gente envelhece não tem nem direito a aposentadoria. Por isso, nós temos mesmo é que lutar e lutar muito. Por salários dignos, por melhores condições de trabalho e pela reforma agrária". Neste momento, a plenária inteira se levantou num só grito: "As mulheres pela terra, são capazes de ir à guerra". Em seguida, uma operária metalúrgica da cidade de São Paulo, região da Mooca, disse que na categoria dos metalúrgicos em São Paulo, que conta com cerca de 370 mil operários e 90 mil sindicalizados, quase a metade é formada de mulheres. E denunciou que em muitas fábricas não se aceita mulheres grávidas e que algumas chegam a exigir mensalmente a prova de que as operárias não estão grávidas, apresentando o absorvente sujo de sangue.

Maria Saraiva, residente na zona sul da capital, conhecida por sua participação no Movimento Contra a Carestia, levantou ainda mais o espírito de luta da mulherada, quando disse na sua intervenção:

Mesa de encerramento do I Encontro estadual de entidades emancipacionistas de mulheres. Ao fundo, as 25 mulheres que fazem parte da primeira diretoria eleita para dirigir a União Popular de Mulheres do Estado de São Paulo, composta por professoras, operárias, médicas, donas de casa e representantes de regiões importantes do Estado.

"Vendo vocês aqui agora, jovens e velhas, me lembro do tempo, há 20 anos atrás, quando eu andava com meus filhos debaixo do braço lutando por creche e por melhores condições de vida. E é isso, minhas amigas, a liberdade somos nós que vamos conquistar e eu quero ver alguma sociedade no mundo se libertar sem a participação da mulher! E vamos participar. Participar e lutar pra que nossos filhos um dia não se envergonhem de

nós e possam dizer: a minha mãe fez a parte dela".

Fora Sarney! Diretas já

Foram inúmeras as mulheres que acusaram o governo de Sarney e sua política econômica antipopular pelas péssimas e cada vez mais piores condições de vida em que vive o nosso povo, sem direito à saúde, à educação, à moradia digna, à alimentação, a salários condizentes com as necessidades etc. E ficou a deliberação de todas participarem imedia-

METALÚRGICOS DE BETIM

Vitória, após longa luta

Os 17 mil metalúrgicos de Betim e Igarapé (Minas Gerais) conseguiram grandes vitórias na campanha salarial: estabilidade por 1 ano, reajuste salarial de 95,23% sobre o salário de junho, hora-extra em dobro foram as principais conquistas arrancadas dos patrões, e significaram uma derrota na política de arrocho do Plano Bresser.

Foi a mais longa campanha salarial da categoria — de meados de agosto até 20 de novembro, quando foi julgada o dissídio no Tribunal Regional do Trabalho. Desde as primeiras reuniões de negociação os patrões se mostraram intransigentes. Propuseram míseros 57% de reajuste sobre o salário de junho. O TRT chegou a propor 78,97% e redução da jornada para 44 horas semanais. A proposta foi aceita pelos operários, mas recusada pelos burgueses.

REPRESSÃO NA FIAT

No dia 19, na saída do 1º turno, às 16h30, o sindicato realizou uma assembléia com 5 mil trabalhadores diante da Fiat. Avaliando que paralisar a fábrica no mesmo dia do julgamento na TRT seria prejudicial aos grevistas da FMB (fornecedora de peças para a multinacional), favorecendo os patrões, a assembléia decidiu que todos iriam trabalhar no dia seguinte, mas utilizando tarjas pretas no uniforme como sinal de protesto contra a multinacional.

Na madrugada do dia 20, os diretores do sindicato foram impedidos, por policiais, de distribuir as tarjas, e os operários forçados a entrar em fila indiana na empresa.

Em Belo Horizonte, a partir das 8 horas, o cenário rotineiro das proximidades do prédio da TRT foi modificado. Mais de 2 mil grevistas da FMB e Ti-

minas lá estavam, carregando faixas e cartazes e gritando "Na fábrica ou na rua, a greve continua"... Os policiais isolaram a área. Quatro microônibus e um caminhão foram utilizados para o transporte do aparato militar armado.

Só 60 trabalhadores puderam entrar no recinto do julgamento. Fato inédito: policiais com cassetetes e walk-talkies ocuparam a entrada do salão. Foram quase 3 horas de sessão. Do lado de fora, os trabalhadores manifestavam sua condenação à exploração e cantavam: "Me dá, me dá o que é meu, foram 20 anos que alguém comeu".

Ao receberem a notícia da estabilidade no emprego por 1 ano os trabalhadores aplaudiram. Logo depois foi anunciada e redução da jornada de trabalho. Após o término do julgamento houve um ato público, precedido de apresentações musicais de artistas metalúrgicos. Partidos políticos, sindicalistas e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Edmundo Costa Vieira, discursaram.

CONQUISTAS IMPORTANTES

Além do aumento, da redução da jornada, da estabilidade por 1 ano e hora-extra em

tamente das lutas pelas diretas em 88 e por uma constituinte progressista.

No encerramento do encontro, estavam presentes diversas personalidades, destacando-se a atriz Círcula Lanuza que fez uma homenagem às vítimas do acidente radioativo de Goiânia; do presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, que prestou uma homenagem à mulher negra; a deputada do Rio de Janeiro pelo PC do B, Jandira Feghali, do dep. Constituinte Aldo Arantes, também do PC do B, além de representantes de entidades sindicais, da CGT, da OLP e do comitê pela libertação de Lãmia.

Encerrando o Encontro, Lillian Martins, presidente eleita da União Popular de Mulheres do Estado de São Paulo, convocou as mulheres presentes a participarem de todas as lutas da entidade, de filiarem a ela o maior número de mulheres e de se empenharem todas para fazer da entidade estadual das mulheres "um forte instrumento para a luta pela emancipação das mulheres paulistas e brasileiras".

Depois do encerramento, foram apresentados vários grupos de folclore afro-brasileiros, danças, músicas e festas que selaram a união das negras e das brancas contra a discriminação e a opressão.

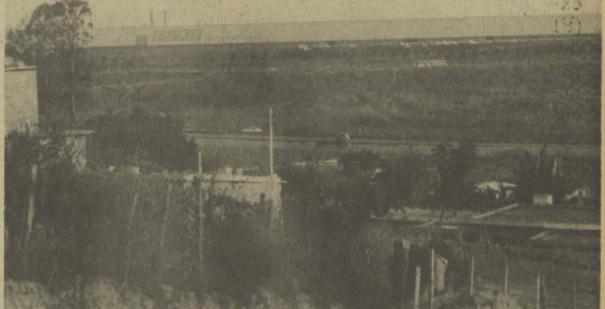
(Mazé Lopes Leite)

dobro, os metalúrgicos obtiveram estabilidade de 180 dias, após retornar ao serviço, para quem se acidentar e ficar afastado por mais 45 dias; formação de uma comissão entre sindicato e empresas para estudar os casos de equiparação salarial; e comissão paritária para estudar a introdução de novas tecnologias nas fábricas que impliquem em demissões.

Inconformada, no dia 23 a Federação das Indústrias de Minas divulgou nota afirmando que vai recorrer da sentença, apelando para o TST, em Brasília. E orientou as empresas para que não demitam nenhum trabalhador até uma decisão judicial final.

Mesmo com a decisão do TRT, os 2.200 metalúrgicos da FMB e os 100 das Timinas continuaram em greve até o dia 23, quando ocorreram reuniões com as empresas na Delegacia Regional do Trabalho, para discutir a questão dos dias parados e das demissões ocorridas na Timinas durante o movimento.

O clima dentro das fábricas agora é outro. Metalúrgicos procuram o sindicato reivindicando uma presença mais constante nas portas das empresas e cresce o número de sindicalizados. (da sucursal)



A Fiat chamou a polícia para impedir o protesto das tarjas pretas

Tribuna Operária

Ilo, 821 Centro — CEP 77100
MARANHÃO — São Luís: Rua Osvaldo Cruz, 921 Centro Fone: 221.5440 CEP 65000
MATO GROSSO — Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 Fundos CEP 78030 — Fone 321-5095
MATO GROSSO DO SUL — Campo Grande: Rua Maria Madalena, 5 CEP 79010
MINAS GERAIS — Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 Centro — Fone 224-7605 — CEP 30000
PARÁ — Belém: Rua Manoel Barata 993 CEP 66000
PARAÍBA — João Pessoa: Pça. 1817 n.º 116 2º andar Centro CEP 58020

Campina Grande: Praça da Bandeira, 117 1º andar Centro CEP 58100
PARANÁ — Curitiba: Rua Saldanha Marinho, 370 2º andar CEP 80000 Fone: 222-9120. Londrina: Rua Sérgio, 984 sala 206 2º andar CEP 86100
PIAUI — Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1459 Fone: 222.2044 CEP 64000
PERNAMBUCO: Cabo: Rua Vigário Batista, 235 CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5 sala 1 Centro CEP 55300. Recife: Rua do Sossó, 221, Boa Vista CEP 50750
RIO GRANDE DO NORTE: Natal: Rua Jundiá, 420-A CEP 59000 — Cid. Alta
RIO GRANDE DO SUL — Porto Ale-

gre: Rua Vig. José Inácio, 687 3º andar CEP 90020. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2049 CEP 95100. Canoas: Rua Tiradentes, 130 sala 405 CEP 92100. Cruz Alta: Rua João Manoel, 433 CEP 98100. Pelotas: Rua Tiradentes, 2394 1º andar CEP 96010. Santa Maria: Rua Mal. Floriano Peixoto, 1357 Fundos — CEP 97100. Novo Hamburgo: Rua Lucas de Oliveira, 96 sala 6 CEP 93510. Rio Grande: Rua Gal. Vitorino, 746-A CEP 96200
RIO DE JANEIRO — Rio de Janeiro: Rua 12 de Março, 8 2º andar Fone: 252-9935 CEP 20000 — Niterói: Av. Amarel Peixoto 370 sala 303 Centro — CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40 sala 101 CEP 25000. Nova Iguaçu: Trav. Renato Pedrosa, 33 sala 319 CEP 26000
SANTA CATARINA — Florianópolis: Pça. XV de Novembro, 21 sala 705 Caixa Postal: 1231 CEP 88075
SÃO PAULO — São Paulo: Rua Gonçalves de São Joaquim, 272 Fone 277-

3322 CEP 01318 Bela Vista. Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281 sala 6 CEP 13470. Botucatu: R. Armando de Barros, 817 1º andar sala 2 CEP 18600. Campinas: Rua Senador Saraiya, 448 Fone 2-6345 CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro 180 CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 20 2º andar, sala 12 CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119 Caixa Postal: 533 CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195 1º andar sala 19 CEP 12200. Guarulhos: R. Pe. Celestino, 42 sala 8 2º andar CEP 12200
SERGIPE — Aracaju: Rua Itabaiânia, 145 sala 104 CEP 49010

A Tribuna Operária é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-up e Fotótipos: Pádua Editora Ltda. Fone: 35.9738. Imprensa: Gila, Jofruas. Fone 815-4999 São Paulo-SP

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — São Paulo — SP — CEP 01318 — Telefone: 36-7531 (DDD 011) — Telex: 1132133 TLOBR
 Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
 Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Olívia Rangel, Bernardo Joffily
 ACRE: Rio Branco: Edifício Felício Abraham, 2º andar, sala 32 — CEP 69900
 ALAGOAS — Arapiraca: Pça. Luís Pereira Lima, 237 Sobreloja CEP 57000
 Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 — Centro — CEP 57000
 AMAZONAS — Manaus: R. Simon Bolívar, 231 (ant. Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — Rua João Pessoa 53, São Lázaro. Fone: 237-6644 — CEP 69000
 BAHIA: Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 — CEP 42.800
 Feira de Santana: Av. Sr. dos Passos, n.º 1399 — 2º andar — sala 1415 — CEP 44100
 Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928 1º andar sala 1 — Centro — CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44 1º andar Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A CEP 44060. Paratinga: Rua Marechal Deodoro, 30 Centro CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 — Barris — CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de setembro (prédio da ant. Cimesf) — CEP 43700
 DISTRITO FEDERAL: Brasília: HIGS Bloco G Casa 67 — CEP 70302 — Telefone 225-8202
 CEARÁ — Fortaleza: Av. Tristão Gonçalves, 789 CEP 60000. Iguatú: Pça. Otávio Bonfim, s.n. Altos — CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236 sala 4 CEP 62100
 ESPÍRITO SANTO — Cachoeiro do Itapemirim: Pça. Gerônimo Monteiro, 89 sala 2 Centro — CEP 29300. Vitória: Rua Prof. Baltazar, 152 CEP 29020
 GOIÁS — Goiânia: Rua 3, n.º 380 casa 6 CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Ju-

A verdade sobre os aumentos

A Autolatina continua alegando "defasagem de preços" para justificar os reajustes sem precedentes que impõe aos preços dos veículos. Quem analisar a sério a situação da indústria automobilística verá, porém, que os aumentos estão ligados à política de exportar a qualquer custo, e que a venda no mercado interno passou a estar subordinada às colocações no exterior.

Desde o dia 6 de novembro, o sr. Wolfgang Sauer tem realizado um trabalho incansável para tentar demonstrar que o grande cartel que dirige — a Autolatina — estava apenas defendendo sua própria sobrevivência quando decidiu ignorar por completo a legislação brasileira e aumentar entre 25 e 28% os preços dos veículos das marcas Volks e Ford. Sauer sustenta que havia e ainda há uma grande defasagem nos preços dos automóveis em relação à inflação, e assegura que o aumento foi a única alternativa capaz de garantir que a Autolatina continuasse operando em nosso país.

Também desde o último dia 6, os conservadores têm procurado convencer o povo de que este homem de 57 anos e bochechas cor-de-rosa está coberto de razão. Através de constantes encontros de empresários, da própria tribuna da Assembléia Constituinte e principalmente de quilos de editoriais e artigos na imprensa, eles não apenas repetem insistentemente que a defasagem é real como também argumentam que o país não sairá da crise em que se encontra enquanto persistirem em nossa sociedade setores contrários à livre atuação das empresas multinacionais, à internacionalização completa da economia, e a um esforço no sentido de exportar uma parcela ainda maior da produção brasileira de bens. Numa de suas últimas edições, a revista "Senhor" apresentou Sauer como uma espécie de herói em luta titânica pela instalação de um capitalismo moderno em nosso país. Esse herói enfrentando em sua caminhada, entretanto, a ação "terrível" da esquerda, com seus "preconceitos nacionalistas ultrapassados", e dos burocratas do governo.

Não houve perda para as empresas

Diante de tanto terrorismo, é provável que haja, mesmo entre o povo, gente preocupada com a possibilidade de que chegue logo o dia em que as multinacionais desistirem de lutar contra tantas barreiras e tanta incompreensão e aban-

donarão o Brasil, condenando-nos ao eterno atraso econômico, tecnológico e cultural.

Porém, se algum dos editores de economia de nossos grandes jornais se desse ao trabalho elementar de solicitar de seu arquivo a planilha em que são anotadas as séries de aumentos de preço praticadas pelas montadoras, ele descobriria imediatamente que o argumento primeiro utilizado pela direita para defender as recentes ações da Autolatina é absolutamente insustentável: não houve nos últimos anos qualquer defasagem de preços que prejudicasse as indústrias automobilísticas. E se estes editores se interessassem em estudar um pouco que fosse a evolução desse setor da economia, acabaria concluindo que a crise que ele enfrenta resulta exatamente do fracasso do modelo econômico dependente que agora se pretende aprofundar.

Em doze meses, 697% de aumentos

Durante duas semanas, a Tribuna Operária procurou colher e analisar os dados disponíveis sobre as montadoras de veículos. Embora as empresas façam questão de trabalhar num regime de completo sigilo e se recusem até mesmo a fornecer dados ao governo (veja quadro a respeito), uma pesquisa nos arquivos da subseção do Dieese do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, do Banco de Dados da "Folha de S. Paulo" e conversas com o assessor de imprensa da própria Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) foram o bastante para chegar a importantes resultados.

O primeiro objetivo foi testar a tese básica da Autolatina: a de que os carros teriam subido nos últimos anos bem menos que a inflação, e que a indústria estaria em consequência estrangulada.

Os números não parecem estar de acordo com Wolfgang Sauer. Quem comparar os aumentos da inflação com os reajustes dos veículos entre março de 1980 e novembro de



"Exportar é o que importa". As multinacionais gritam de novo o velho slogan de Delfim e já vendem no exterior 37% de sua produção.

87 observará com facilidade que nesse período houve dois tipos de relação diferente.

De março de 80 a novembro de 86, os veículos subiram no mesmo ritmo da média dos outros preços. Ao ser lançado, o carro mais barato atualmente produzido no país — a versão básica do Gol, da Autolatina — custava 220.130 cruzeiros. No fim de 86, o mesmo Gol havia saltado para 59.020 cruzados, ou seja, havia se tornado 268 vezes mais caro. Em contrapartida, a inflação subiu 281 vezes no mesmo período. Naquela época, bastaria um aumento inferior a 5% no preço dos automóveis para que ambos os índices se iguallassem (veja tabela n.º 1).

Não foi o que ocorreu. De novembro de 86 a novembro de 87, a inflação subiu 341,9%, segundo os dados do IBGE. Os carros, no entanto, dispararam. O Gol passou de Cz\$ 59.020 para Cz\$ 470.826, uma elevação de nada menos que 697,7%, duas vezes superior à média dos outros aumentos da economia. (veja tabela n.º 2).

157 salários para comprar um Gol

Quem somar as duas fases para calcular os aumentos totais de março de 80 a novembro de 87, chegará aos seguintes resultados: os carros subiram 2138 vezes, a inflação 1224 vezes; se há defasagem,

ela está a favor da indústria automobilística; e o grande argumento de Sauer não passa de mentira deslavada.

A Autolatina poderia contra-argumentar dizendo que as empresas que a compõem vêm acumulando nos últimos anos seguidos prejuízos, e nesse ponto ela parece ter razão. Desde 1980, os balanços anuais da Volks, particularmente, só deixaram de registrar perdas em dois exercícios: 82 e 84. Embora estes balanços costumem esconder grandes manobras, é inegável que a multinacional alemã vem enfrentando sérias dificuldades, e que a situação de suas concorrentes também não é das melhores.

Para entender a razão dessas dificuldades, contudo, é necessário abandonar as falsificações dos fatos e as conclusões fáceis e levianas que a imprensa produz. Outros dados colhidos pela Tribuna demonstram que o drama da produção de automóveis é impressionantemente parecido com o atoleiro em que se debata toda a economia, e que a saída para estes problemas exige medidas opostas às preconizadas pela direita.

O mais notável destes dados talvez seja a relação entre o valor dos veículos e o do salário-mínimo. Após 1980, diante das enormes dificuldades para satisfazer as exigências dos credores internacionais, o governo brasileiro optou por iniciar um processo de recessão econômica. Delfim Netto, o ministro da Fazenda na época, é o primeiro a admitir que os planos então adotados por ele e sua equipe visavam essencialmente reduzir o poder de compra da população brasileira, para permitir que uma parcela cada vez maior da produção fosse exportada. Ficou cada vez mais difícil para os trabalhadores ter acesso aos bens que produziam, entre eles os automóveis. Se em maio de 1980 eram necessários 53 salários-mínimos para comprar o carro brasileiro mais barato, sete anos mais tarde este mesmo carro custa quase 157 salários-mínimos, quase três vezes mais (veja gráfico n.º 3).

Em 1980, a produção automobilística nacional atingira o recorde de 1.165.174 unidades produzidas. A partir de então, ela passou a sofrer as consequências da redução do poder de compra dos consumidores. Caiu bruscamente em 81, estabilizou-se depois no patamar de 850 mil veículos ao ano, subiu um pouco com a recuperação efêmera de 85-86 e deve despencar de novo em 87 (veja gráfico n.º 4).

As multinacionais de automóveis, a grande imprensa conservadora e o próprio governo não dão mostra, no entanto, de quererem recuperar os volumes de produção do passado através de incentivos ao mercado interno. Desde novembro do ano passado, a grande burguesia passou a vender no mercado externo a solução de suas angústias. Erguem de novo a voz para gritar, agora em tom mais alto, o velho re-

frão cunhado por Delfim: "exportar é o que importa".

De novo, "exportar é o que importa"

A indústria automobilística é uma líder destacada neste processo. Em 1986, 17,3% dos veículos produzidos no país foram exportados. Neste ano, esta porcentagem passou a crescer vertiginosamente, chegando à média de 33,7% até outubro, e atingindo em alguns meses mais de 50% (ver gráfico n.º 5).

A exportação maciça de manufaturas é a forma concreta através da qual a burguesia pensa conseguir a integração do Brasil no mercado internacional. Ela é viabilizada, em primeiro lugar, através da espoliação redobrada dos operários brasileiros. A seção do Dieese do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo do Campo calcula que ainda hoje os metalúrgicos brasileiros empregados na produção de veículos continuam ganhando muito abaixo do padrão internacional: 3 dólares por hora, contra 20 dólares nos Estados Unidos e na Europa.

(Antonio Martins)

Desculpa esfarrapada

Além de se queixarem de uma suposta "defasagem" de preços, as indústrias automobilísticas têm procurado nos últimos meses responsabilizar os impostos que incidem sobre os veículos pelos altos preços pagos pelo consumidor. Elas costumam divulgar duas idéias principais a este respeito. Primeiro, dizem que os impostos representam hoje mais da metade do valor dos veículos; depois, garantem que uma elevação colossal das alíquotas teria sido a responsável pela gigantesca alta no preço dos carros nos últimos 12 meses.

Os dados estatísticos da própria Anfavea demonstram que ambas as alegações são falsas. O IPI e o ICM somados representam

hoje 41,8% dos preços de veículos de até 100 HP, e estas taxas são pagas meses após a efetivação da venda, o que as desvaloriza substancialmente. Além disso, a alta que efetivamente ocorreu entre julho e novembro de 86 já foi quase inteiramente eliminada através de acordos entre a indústria e o ministro Bresser Pereira (veja gráfico 6). E aí há um truque: enquanto a taxação subiu, as elevações foram repassadas integralmente ao consumidor, através do aumento de preços. Mas quando as alíquotas começaram a baixar, a redução de custos não causou a redução do preço dos carros. Ela foi apropriada pelas empresas, que descobriram assim mais uma maneira de ampliar suas receitas.

Aumento da inflação e aumentos do "Gol" entre 80 e 86					Aumento da inflação e aumentos do "Gol" entre 03/86 e 11/87				
(Preços de março de cada ano. Dados de "4Rodas" e Banco de Dados "Folha")					(Dados de "4Rodas" e Banco de Dados Folha de S. Paulo)				
Período	Aumento do "Gol"	Acumulado (03/80=1)	Aumento Inflação	Acumulado (03/80=1)	Data	Preço do "Gol"	Aumento acumulado	Aumento inflação	Acumulado
80-81	111,5%	2,115	120,29%	2,202	03/86	59.020			
81-82	94,1%	4,107	91,27%	4,213	12/86	106.236	80%	22,15%	22,15%
82-83	158,7%	10,682	118,58%	9,21	01/87	109.581	85,6%	16,82%	42,69%
83-84	188,4%	30,660	225,89%	30,938	04/87	153.425	159,9%	57,66%	124,99%
84-85	230,8%	101,433	225,29%	100,641	05/87	181.028	206,7%	23,21%	177,21%
85-86	164,3%	268,114	181%	281,035	06/87	227.190	284,9%	26,06%	249,45%
					07/87	306.700	419,6%	3,05%	260,11%
					10/87	364.981	518,4%	22,7%	341,9%
					11/87	470.826	697,7%		

Até 86 houve equilíbrio entre o aumento dos carros e a inflação...
...e a partir daí os automóveis dispararam.

Número de salários mínimos necessários para comprar um "Gol"			
(Dados do Banco de Dados da Folha de S. Paulo)			
Data	Preço do "Gol"	Salário mínimo	Preço do "Gol" em salários mínimos
05/80	Cr\$ 220.130	Cr\$ 4.149,60	53,0
05/81	465.741	8.464,80	55,0
05/82	904.188	16.608,00	54,4
05/83	2.339.712	34.776	67,2
05/84	6.749.399	97.176	69,4
05/85	22.328.525	333.120	67,0
05/86	Cz\$ 59.020	Cz\$ 800,00	73,7
05/87	181.028	1.641,60	110,2
11/87	470.826	3.000,00	156,9

A partir de 80 os veículos se distanciam cada vez mais dos salários...
...e a produção automobilística nunca mais foi a mesma.

